



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ – CEST
CURSO: LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANA PAULA MARTINS DA SILVA

Educação Escolar Indígena: Uma Análise Sobre o Processo de Ensino na Escola Municipal Rural Indígena Professor João Hamilton na Comunidade Projeto Mapi Município de Tefé-Am (2014 - 2019)

TEFÉ – AM

DEZEMBRO – 2019

ANA PAULA MARTINS DA SILVA

Educação Escolar Indígena: Uma Análise Sobre o Processo de Ensino na Escola Municipal Rural Indígena Professor João Hamilton na Comunidade Projeto Mapi Município de Tefé-Am (2014 - 2019)

Monografia apresentada ao Centro de Estudo Superiores de Tefé-CEST da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, como partes das exigências para a obtenção do título de graduada em Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Everton Costa Teles

TEFÉ – AM

DEZEMBRO – 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Ana Paula Martins da.

Educação Escolar Indígena: uma análise sobre o processo de ensino na escola municipal rural indígena professor João Hamilton na comunidade Projeto Mapi município de Tefé - Am (2014 - 2019)./ Ana Paula Martins da Silva. Tefé - AM 2019.

Orientador: Luciano Everton Costa Teles

Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso da Universidade do Estado do Amazonas, do Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST.

Licenciatura em História

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA MARTINS DA SILVA

Educação Escolar Indígena: Uma Análise Sobre o Processo de Ensino na Escola Municipal Rural Indígena Professor João Hamilton na Comunidade Projeto Mapi Município De Tefé - AM (2014-2019).

Monografia apresentada para a Comissão Julgadora da Universidade do Estado do Amazonas-UEA do Centro de Estudos Superiores de Tefé CEST, como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Defesa: ____/____/____ Conceito obtido: _____

BANCA EXAMINADOURA

Orientador: Prof. Dr. Luciano Everton Costa Teles
Universidade do Estado do Amazonas

Prof: Dr. André de Oliveira Mello
Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Msc. Ademar Henriques da Silva Filho
Universidade do Estado do Amazonas

TEFÉ, 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

DEDICATÓRIA

A minha família, (em especial a minha mãe dona Noêmia Martins). A escola e aos comunitários da comunidade Projeto Mapí. E principalmente a minha pessoa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao autor da vida, Deus, por me dar forças todos os dias para trilhar esse caminho árduo, porém gratificante. A Universidade do Estado do Amazonas-UEA/CEST pela oportunidade de realizar um sonho. A escola Professor João Hamilton e aos comunitários da comunidade Projeto Mapi, local onde foi realizada a pesquisa.

Aos meus queridos mestres que contribuíram com a minha formação, (em especial ao meu orientador de monografia Professor Dr. Luciano Everton Costa Teles) e aos meus coordenadores de bolsas universitárias (PIBD e Monitoria), Tiago Fonseca dos Santos e Alcemir Arlizean Teixeira.

A minha mãe dona Noêmia Martins, meu padrasto Alfredo Aires e meu irmãozinho Thiago Coelho por ajudarem nas despesas, nas orações e principalmente por acreditarem em mim. Família, meu bem maior, o meu muito obrigado.

Ao meu irmão Anderson Silva e a minha prima Amanda Patrícia, por partilharem comigo momentos de alegrias e frustrações no decorrer desta jornada. Meus avós e pais de criação, dona Eldocia Martins e Miguel Silva por tudo que fizeram e fazem por mim e a todos os meus familiares que torcem pelo meu sucesso.

Aos amigos Raianne Oliveira, Cleberson Heleno e José Cristóvão por me ajudarem no decorrer do trabalho e graduação. Também, não poderia deixar de mencionar aqui, uma pessoa que foi de fundamental importância durante parte da minha caminhada acadêmica e a qual me ajudou na escolha do tema a ser pesquisado, a amiga que a graduação me deu, Francisca Cardoso, por disponibilizar de seu tempo me dando instruções e também fontes do CIMI para que o

trabalho fosse realizado. Agradeço de coração por suas contribuições, você foi de fundamental importância no decorrer desta jornada.

A minha madrasta Elizangela Litaiiff e ao meu Pai Joaquim Marques, por me ajudarem cedendo um cantinho logo no início dessa trajetória em sua residência, e por me ajudarem a trilhar esse caminho. Por fim, agradeço aos meus colegas de graduação e a todas aquelas pessoas que contribuíram de forma direta ou indiretamente para que esse dia chegasse, valeu pessoas por tudo!

EPÍGRAFE

“Somente será Educação Escolar Indígena, se for pensada e planejada pelos próprios indígenas, de acordo com o modo de viver das respectivas etnias”.

Jukson Urbano - Povo Kambeba (2019).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar e compreender o processo e a dinâmica da Educação Escolar Indígena no município de Tefé-AM. A pesquisa está voltada a Escola Municipal Rural Indígena Professor João Hamilton residente na comunidade indígena Projeto Mapi Km 13 da estrada da EMADÉ no município de Tefé/ AM tendo como etnia a Kaixana. Sua justificativa está pautada na sondagem dos conhecimentos sobre os povos indígenas nos dias atuais, bem como, a compreensão de como o processo de luta desses povos, aconteceu e vem se organizando ao longo da história, destacando-se que, a educação escolar indígena específica e diferenciada vem sendo constituída pelos povos indígenas brasileiros, com muitas lutas e dificuldades nas últimas décadas, essa modalidade é fruto de organizações indígenas e dos movimentos sociais indigenistas, que já conquistou alguns avanços significativos no decorrer de sua trajetória, mas que ainda muito tem de lutar para que o ensino venha ser de qualidade. A educação escolar indígena assim como a educação de quaisquer outras culturas tem sua total importância dentro das sociedades que estão inseridas, mas que ainda sofreu algumas barreiras que as impede conquistar seus êxitos com mais efetividade. Para a execução do trabalho foram feitas pesquisas bibliográficas referentes ao modelo educacional trazido pelos colonizadores dando ênfase à educação catequista, assim também como a educação pós o período colonial. Tendo como referência o Diretório Pombalino e a Constituição Federal de 1988. O tema discutido aborda uma metodologia referente a textos de autores que analisam a temática educação escolar indígena e também pesquisa de campo, sendo aplicado um questionário na referida escola Kaixana assim como, com alguns indígenas da comunidade. Portanto, a pesquisa buscou analisar a temática em questão e compreender sobre as bases que a norteiam, bem como, os conflitos e dificuldades enfrentadas por esta modalidade de ensino no município.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Educação Indígena, Povo Kaixana.

RESUMEN

El objetivo de este documento es analizar y comprender El proceso y La dinámica de la educación escolar indígena en Tefé-AM. La investigación se centra en El profesor João Hamilton, La escuela municipal rural indígena residente en La comunidad indígena Mapi Km 13 de La carretera EMADE en Tefé / AM, con Kaixana como grupo étnico. Su justificación se basa en La encuesta de conocimiento sobre Los pueblos indígenas en La actualidad, así como en La comprensión de cómo El proceso de lucha de estos pueblos ha sucedido y se ha organizado a Lo largo de La historia, destacando que La educación escolar indígena específica y diferenciada por Los pueblos indígenas de Brasil, con muchas luchas y dificultades en Las últimas décadas, esta modalidad es El resultado de organizaciones indígenas y movimientos sociales indígenas, que ya ha realizado algunos avances significativos en su camino, pero aún tiene mucho por hacer. Esforzarse por una educación de calidad. La educación escolar indígena, así como La educación de cualquier otra cultura, tiene toda su importancia dentro de las sociedades que se insertan, pero aún así sufrieron algunas barreras que les impiden alcanzar sus éxitos de manera más efectiva. Para La ejecución de La obra se realizaron investigaciones bibliográficas referidas Al modelo educativo aportado por los colonizadores enfatizando la educación catequista, así como la educación posterior al período colonial. Teniendo como referencia El Directorio Pombalino y La Constitución Federal de 1988. El tema discutido aborda una metodología que hace referencia a textos de autores que analizan El tema de La educación escolar indígena y también La investigación de campo, aplicando un cuestionario en La referida escuela Kaixana así como, con algunos pueblos indígenas de La comunidad. Por lo tanto, La investigación buscó analizar El tema en cuestión y comprender las bases que lo guían, así como los conflictos y dificultades que enfrenta este tipo de educación en La ciudad.

Palabras clave: educación escolar indígena, educación indígena, pueblo kaixana.

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

Tabela 01 – Educação Indígena/Educação para o Indígena.....	21
Tabela 02 – Escolas Indígenas decretadas a partir de 2014.....	38
Tabela 03 – Indicadores das Escolas Indígenas.....	39
Imagem 01 - Mapa da Terra Indígena Projeto Mapi/reivindicações.....	40
Imagem 02 - Escola Indígena Prof. João Hamilton.....	44
Imagem 03 - Reivindicações por parte dos Indígenas (2010).....	46
Imagem 04 - Escudo da Escola.....	46

LISTAS DAS SIGLAS E ABREVIACÕES

AM – (Amazonas)

AEE - (Atendimento Educacional Especializado)

CEST – (Centro de Estudos Superiores de Tefé)

CIMI – (Conselho Indigenista Missionário)

EMADE – (Empresa Amazonense de Dendê)

FUNAI – (Fundação Nacional do Índio)

ISA –(Instituto Sócio Ambiental)

LDB–(Lei de Diretrizes e Base)

PME –(Plano Municipal de Educação)

PPPI – (Plano Político Pedagógico Indígena)

RCNEI – (Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena)

SEMED – (Secretaria Municipal de Educação)

SEDUC – (Secretaria Estadual de Educação)

TI –(Terra Indígena)

UEA – (Universidade do Estado do Amazonas)

UNIPI – (União Dos Povos Indígenas)

UNI – Tefé – (União das Nações Indígenas Tefé)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	16
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS.....	16
1.0. Educação, Educação Escolar Indígena e Educação Indígena.....	16
1.1.1. Um Breve Histórico.....	16
1.1.2 Educação	17
1.1.3 Educação Indígena e Educação Escolar Indígena	19
1.2. Assimilar e Integrar, Respeitar e Valorizar: A Constituição de 1988, o Processo Educacional e os Povos Indígenas.	21
1.2.1. Os Direitos dos Povos Indígenas após a Constituição de 1988.....	25
1.3. A Apropriação e a Ressignificação do Espaço Escolar Pelos Povos Indígenas: Em Busca de uma Educação Bilíngue, Diferenciada, Comunitária e Específica.	26
1.3.1. A Inclusão do Ensino nos Currículos Escolares	26
1.3.2. Os Desafios Enfrentados pela Educação Escolar Indígena Hoje	28
1.3.3. Características da Educação Escolar Indígena	33
1.3.4. Comunitária.....	33
1.3.5. Bilíngue/multilíngue.....	34
1.3.6. Específica e diferenciada	34
CAPÍTULO II	37
2.0. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE TEFÉ E O POVO KAIXANA	37
2.1. Trajetória da Educação Escolar Indígena no Município de Tefé	37
2.2 A Comunidade Indígena Projeto Mapi e o Povo Kaixana	41
2.3. Educação Escolar Indígena no Ambiente de Ensino João Hamilton e a Educação Bilíngue.	45
2.4. As Aulas Bilíngue e O Professor.....	50
2.5. As aulas	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

INTRODUÇÃO

Ao longo da História do País, os povos indígenas vêm lutando para conquistar seus espaços perante a sociedade através dos seus direitos que lhes são garantidos com CF¹ de 1988, para que sejam ouvidos perante as autoridades, esses povos fazem reivindicações que algumas vezes são esquecidas passando por despercebida.

Dentro desse percurso de lutas e reivindicações, inclui-se a educação escolar indígena que já conquistou alguns avanços significativos no decorrer de sua trajetória, mas ainda muito tem que lutar para que o ensino venha ser de qualidade, para que isso aconteça, é preciso inserir no seio deste processo a educação bilíngue, educação comunitária, específica e diferenciada onde esses passaram não somente ter o contato com a educação “nacional”, ou seja, do colonizador, mas também com as de sua própria cultura. Em alguns casos, esse ensino capaz de respeitar a cultura desses povos já está sendo aplicado, mas em outros, ainda não foi implantado.

Além disso, o presente trabalho tem a finalidade de apresentar o processo da educação escolar indígena no município de Tefé, em uma abordagem analítica do cotidiano da Escola Municipal Rural Indígena Professor João Hamilton tendo como metodologia, em um breve levantamento bibliográfico referente a textos de autores que analisam a temática em questão, contendo também a utilização da História Oral, está por sua vez serviu como base para a realização das entrevistas semiestruturadas e estruturadas no decorrer da pesquisa com o gestor, coordenadores, comunitários e com o professor bilíngue, responsáveis para a efetivação da modalidade no município e na comunidade.

As informações coletadas foram em relação à criação da comunidade, as aulas de bilíngues, trajetórias da educação escolar indígena no município e sobre o processo da educação escolar indígena na referida instituição de ensino. Por conseguinte, a fonte Oral não vem só permitir a introdução do indivíduo na história, está também faz inclusão do ser humano como sujeito histórico que produz histórias com efeitos significativos em seu determinado tempo e espaço. Conforme Alberti (2013, p. 24 - 25):

[...] A História Oral é como um método que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunham, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. [...]. A entrevista de História Oral - seu registro gravado e transcrito documenta uma visão de passado.

¹ Constituição Federal de 1988.

Com relação a isto, a História Oral é de grande importância para a coleta de dados sobre determinados acontecimentos na história. Uma das ferramentas utilizadas por historiadores e estudantes, para a efetivação de informações relevante ao objeto que está sendo pesquisado em determinado momento.

No entanto, o trabalho tem por objetivo maior analisar e compreender o processo e a dinâmica da educação escolar indígena no município de Tefé-AM, enfatizando sobre, como processo de ensino e aprendizagem da modalidade educação escolar indígena está sendo aplicado entre os indígenas Kaixana que residem na comunidade Projeto Mapi no km 13 da estrada da EMADE. A pesquisa de campo pertinente sobre o trabalho teve início no mês de outubro, e a partir desse período foram feitas visitas de acordo com as datas marcadas com os entrevistados para a coleta de dados referente ao ensino na instituição.

O interesse em pesquisar sobre a temática surgiu no decorrer do 4º período na disciplina História e Cultura Indígena da Universidade do estado do Amazonas- UEA, do Centro de estudos Superiores de Tefé-CEST, após debates e reflexões feitas sobre a importância que esses povos têm na formação da identidade do País. Sua justificativa está pautada na sondagem dos conhecimentos sobre os povos indígenas nos dias atuais, bem como, a compreensão de como o processo de luta desses povos, aconteceu e vem se organizando ao longo da história, destacando-se que, a educação escolar indígena específica e diferenciada vem sendo constituída pelos povos indígenas brasileiros, com muitas lutas e dificuldades nas últimas décadas.

Por conseguinte, o trabalho trás um recorte temporal de seis anos consecutivos (2014/2019) correspondentes ao ano que o ensino da modalidade educação escolar indígena começa a ser executado na Escola Municipal Rural Indígena Professor João Hamilton da comunidade indígena Projeto Mapi até o presente momento, visando este, à valorização da educação e cultura indígena na comunidade.

O primeiro capítulo está intitulado como: Sociedade, Educação e Povos Indígenas. Composto por três tópicos, sendo eles, Educação, Educação Escolar Indígena e Educação Indígena, Assimilar e Integrar, Respeitar e Valorizar: a Constituição de 1988, o Processo Educacional e os Povos Indígenas e A Apropriação e a Ressignificação do Espaço Escolar pelos Povos Indígenas: em busca de uma Educação Bilíngue, Diferenciada, Comunitária e Específica.

Primeiramente procuramos traçar um contexto a partir de um breve histórico sobre o processo de introdução da educação formal no país isso no período colonial por meio da catequese tendo seu início no ano de 1549, após esse evento, tem na História em 1759 as

Reformas Pombalinas, em 1808 a chegada da Família Real, e em 1889 acontece à passagem do período Imperial para o Republicano, ou seja, todos esses acontecimentos, trás de certa forma um novo rumo para a educação formal no País. Em seguida, discutimos sobre o direito que todos têm a uma educação onde fazemos menção dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e leis de Nº 8069/90 e na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB de Nº 9.394/96, também abordamos sobre a Educação Escolar Indígena e Educação Indígena, Os direitos dos povos indígenas após a Constituição Federal de 1988, A inclusão do ensino nos currículos escolares, Os desafios enfrentados pela educação escolar indígena hoje e finalizamos o nosso primeiro capítulo falando sobre as Características que norteiam a educação escolar indígena. O objetivo do primeiro capítulo é analisar o processo educacional desde o primeiro momento do contato que a colônia teve com o ensino formal e as mudanças que a mesma teve no decorrer dos respectivos anos.

Já o segundo capítulo está intitulado como: Educação Escolar Indígena no Município de Tefé e o Povo Kaixana. Iniciamos falando um pouco sobre a Trajetória da educação escolar indígena no município de Tefé, ou seja, como se deu o movimento para que a modalidade fosse inserida como modelo de ensino para os povos indígenas existentes no município, em seguida traçamos um discurso sobre a Comunidade Indígena Projeto Mapi e o Povo Kaixana, como se deu o processo de ocupação por parte desse povo para que atual comunidade fosse criada, e a localização de origem do povo Kaixana e o terceiro e último tópico abordar sobre a educação escolar indígena no ambiente de Ensino João Hamilton e a educação bilíngue, aqui falaremos como acontece à educação na instituição traçando sobre o histórico da mesma e falando também um pouco sobre o ensino bilíngue na comunidade. Tendo o segundo capítulo como objetivo, analisar a educação escolar indígena do povo Kaixana no município de Tefé.

CAPÍTULO I: SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS

Art. 205

A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

1.0. EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO INDÍGENA

1.1.1. Um Breve Histórico

A educação formal foi introduzida ao Brasil com a chegada dos portugueses no século XVI, os colonizadores ao chegarem a terras habitadas por diversos povos indígenas perceberam que esses povos ainda não haviam desenvolvido nenhum tipo de sistema de educação escolar, sendo então, aplicado por eles o ensino ainda informal.

Essa educação ficou na responsabilidade da Companhia de Jesus ordem católica que fora criado em 1540 com o intuito missionário e sua principal meta era a evangelização. Os padres jesuítas em 1549 chegaram ao país para programar o ensino e trouxeram consigo o modelo europeu de a educação formal implantado com o objetivo de catequizar e converter os indígenas a vossa fé cristã.

Após a introdução do ensino formal no País aconteceu em 1759 às Reformas Pombalinas, essas reformas expulsaram os jesuítas das terras da colônia tirando das mãos dos religiosos o controle da educação e colocando nas mãos do Estado.

Com a chegada da família real no Brasil em 1808 houve grandes mudanças no âmbito educacional, pois, trouxeram às implantações de instituições de grande importância para o processo educativo como, por exemplo, a escola que ensinava a língua portuguesa e a francesa, entre outras.

Passado anos após esses acontecimentos, em 1889 era chegado um novo começo no processo educacional e na história do País. Neste período houve a queda do império e foi instaurada a República onde o governo saia das mãos do Imperador e passava para as mãos de Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente a governar a nação. O processo educativo nessa nova fase que passava o país não se deu de forma fácil e também não foi simples pelo fato da educação, assim como o processo político, ter que passar de uma fase para outra. Como enfatiza Silva (2017, p. 04):

A escola construída na Primeira República começou a trazer várias novidades educativas dentre elas [...] a implantação das escolas seriadas,

agrupando alunos de acordo com a idade e níveis de aprendizagem [...], e também os grupos escolares eram chamados de escolas graduadas, uma vez que o agrupamento de alunos se dava de acordo com o grau em que se situavam, passando gradativamente até concluir o ensino primário.

Foram tamanhas as mudanças ocorridas nesse novo momento e o principal interesse de tudo isso era tornar através do mecanismo da educação a introdução de um país civilizado que viesse atender os caprichos desejados pelos governantes da Nova República. Uma vez que, os favorecidos sempre seriam as “elites”.

Desde o início da história até o período contemporâneo é nítido ver que a educação passou e vem passando por sucessivas mudanças, sempre visando melhorias em seu âmbito. Essas modificações deram-se através do processo de industrialização onde o mundo passa a usufruir de novos meios tecnológicos visando sempre à melhoria da sociedade em geral. Assim, o papel da escola perante a sociedade é disponibilizar meios de ensino que possam assegurar uma educação de qualidade para os indivíduos, a fim que estes possam exercer um papel participativo e transformador no meio social em que se insere.

1.1.2. Educação

Na nação da República Federativa do Brasil a educação formal é um direito garantido para todos, independentes de etnias, raças, culturas e religiões. Perante a lei todos tem o direito a uma educação de qualidade esses direitos são garantidos pela Constituição Federal de 1988 leis de Nº 8069/90 e na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB de Nº 9.394/96, onde prioriza o acesso na educação escolar sendo que o objetivo é a formação do indivíduo, ou seja, a preparação deste para o exercício da cidadania podendo assim ingressar ao mercado de trabalho adquirindo com isto sua participação no âmbito social. Porém, a escola não é a única responsável por este processo, ela juntamente com a família e a sociedade se une formando os três pilares para a educação do indivíduo. Como ressalta: Assis, (2011, p. 08) [...] “A tarefa de ensinar não cabe somente à escola, até por que aprendemos também em outros espaços não institucionalizados de ensino”.

Desta forma, a escola como uma instituição social de extrema importância na sociedade, além de ter o papel de fornecer a preparação do educando intelectual e também uma boa parte da moral, exerce a função de inclusão social. A escola é essencial para a formação do indivíduo em sociedade, e por meio dela pode-se ter um engajamento a outros estudos mais qualificados podendo assim ingressar em áreas específicas do conhecimento por meio do nível superior e dando continuidade após a conclusão deste, na pós-graduação, no

mestrado, doutorado ou até mesmo no pós-doutorado. Para Oliveira, Viana, Boveto e Sarache (2013, p. 02):

[...] A formação intelectual é condição primeira do processo formativo do desenvolvimento pessoal e da sociedade, o conhecimento é uma atividade pela qual o homem se diferencia dos e na, medida em que o adquire, melhora suas próprias condições de existência em diversos aspectos, especialmente o moral, o intelectual e o material.

O papel da escola é preparar o indivíduo para ter uma vida em sociedade onde esse possa sempre viver de bem com todos que os cercam, ter uma boa profissão e contribuir para uma sociedade justa e igualitária. Mas é importante frisarmos que a sociedade é um dos meios de educação para os seres humano, pois, é também no seio da mesma que se aprende a ter caráter, responsabilidade, ser honesto e entre outras coisas consideradas essenciais para a formação de um cidadão e as relações que fazem ambas aproximar-se uma da outra são os interesses na evolução tanto do conhecimento como na civilização sempre buscando meios no qual possam adquirir um crescimento de qualidade de acordo com o processo do momento vivenciado. Assis (2011, p. 10), diz que:

[...] Ser um cidadão é está inserido nos contextos vivenciado neste ensaio; é poder agir e interagir com a sociedade, extraíndo dela e contribuindo com ela com toda potencialidade conveniente a um cidadão; é ser respeitado e também respeitar, é falar e ser ouvido, é questionar, é participar dos atos públicos com autonomia. Ser cidadão é ir e vir sem restrições, ser cidadão é ter o direito a um lar, é poder ter um trabalho digno que remunere com qualidade. E é dentro do seio familiar, da escola e da sociedade ao qual está inserido que o cidadão forma e toma consciência de seus direitos e deveres.

O papel de um cidadão perante a sociedade é poder desfrutar de todos esses quesitos citados acima, é conhecer seus direitos e também lutar por eles diante do estado que muitas vezes tenta viola- lós. No entanto, a família é considerada uma das ferramentas mais valiosas nesse momento na formação do cidadão, pois é com sua contribuição que um cidadão terá consciência e passam a entender quais são seus direitos e também seus deveres na sociedade. As relações que ambas possuem em comum é a educação formal ofertada pela escola. A escola é uma instituição a qual a sociedade necessita para que através dela os indivíduos pertencentes à mesma possam adquirir conhecimentos para o bem viver familiar e social.

A escola tem o papel perante a sociedade de educar da melhor forma possível os alunos em relação aos conteúdos que lhes são exigidos nos currículos para o aprendizado do educando, fazendo com que esses se aproximem da realidade vivenciada no ambiente que estão inseridos. Porém, existem alguns fatores que contribuem para que o acesso ao

aprendizado seja impedido a muitos cidadãos deixando estes a margem desse direito constitucional.

1.1.3. Educação Indígena e Educação Escolar Indígena

A vida se mistura com a educação, todos nós aprendemos e ensinamos na convivência, ninguém escapa da educação estamos continuamente envolvidos em um ato de ensino e aprendizagem. Contudo, podemos dizer que a educação é o meio pelo qual os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte e desta forma a educação vai se formando através de situações presenciadas experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida. Segundo Oliveira e Quaresma (2013, p. 05):

Os indígenas olham o mundo e os fatos da vida de um modo particular, por isso sua filosofia de educação sobre os processos e as condições de transmissão da cultura, sobre a natureza dos saberes ensinados e sobre as funções sociais da educação se constitui de modo muito diferente da filosofia educacional adotada pelos não índios.

Um processo de grande importância para esses povos, pois ensinar e aprender não corresponde somente à escola, mas se desnuda em meios às várias formas de ensinar que cada povo indígena desenvolve em suas aldeias, esses buscam sempre inserir seu povo no processo de educação, passando a eles seus desde cedo os ensinamentos que servirão durante o processo da existência de cada um no mundo.

Em se tratando sobre o processo educacional relacionado aos povos indígenas, vale ressaltar em que correspondem as características da educação indígena e a educação escolar indígena e quais o viés que cada uma defende. Desta forma, conforme Baniwa (2006, p. 129) a educação indígena “refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas”. Ou seja, é a educação aplicada pelos próprios indígenas a sua sociedade respeitando suas tradições passadas de geração a geração, é a forma que cada grupo indígena possui para transmitir seus próprios conhecimentos aos mais novos de uma determinada etnia.

Deste modo, Baniwa (2006, p. 131), divide o processo educativo dos povos indígenas em quatro momentos: 1 - A vida antes do nascimento, 2 - Nascimento, 3 - Passagem da vida adulta e 4 - A vida madura. Desta forma, como se pode perceber esse processo é conferido aos indígenas durante toda a sua existência.

Igualmente, Baniwa (2006) diz que: desde que uma criança é concebida no ventre de sua mãe são consideradas como bênção para seus familiares e é motivo de comemoração.

Nesse processo, os pais precisam abandonar certos hábitos para que as crianças não possam herdar - lós, como por exemplos os pais Baniwa precisam acordar primeiro que todos da casa para tomar banho assim estarão evitando que a criança venha ao mundo fraco e cresça com o hábito da preguiça.

Por outro lado, Melià (1979, p. 12) enfatiza que: “a educação indígena é ensinar e aprender cultura, durante toda a vida e em todos os aspectos”. Desta forma, percebe-se conforme as citações feitas que, a educação indígena corresponde aos ensinamentos e a valorização da cultura e tradições de determina etnia. Melià (1979) destaca ainda em sua obra alguns aspectos relevantes e específicos da educação indígena onde menciona a educação na sociedade Guarani.

Segundo o autor, o parto nessa sociedade acontece com seu próprio ritual. Todas as pessoas que colaboram no mesmo têm o direito e influência na educação da criança, vai de quem corta o cordão umbilical a quem recebe a criança nas mãos e assim sucessivamente. Enfim, o processo de educação indígena acontece conforme o citado, porém é preciso entender como este acontece dentro das determinadas aldeias², pois se sabe que cada grupo tem sua própria maneira para educar suas crianças e jovens. Já no caso da educação escolar indígena, segundo Baniwa (2006, p. 129) corresponde:

Aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos colonizadores. À escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuir com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global.

Entretanto, a educação escolar indígena responde a um modelo de educação baseada no padrão europeu, porém há a introdução dos ensinamentos da cultura indígena no seio da mesma. Desta forma, a educação escolar indígena diz respeito aos ensinamentos tanto dos povos indígenas como também dos colonizadores. Porém, é um ensino a modelo indígena.

Por outro lado, segundo Pereira e Simas (2012, p. 51): “a educação não indígena, ou para o indígena, ou seja, a “educação escolar indígena” não corresponde, portanto, aos anseios das sociedades indígenas e acaba produzindo um índio marginal” que corresponde ao índio pertencente a duas culturas diferentes, mas ao mesmo tempo não pertence a nenhuma delas. Portanto, mediante a essas diferentes ideias apresenta-se a seguir uma tabela que Melià utiliza

² Refere-se a comunidades indígenas já demarcadas.

em sua obra para explicar a comparação do processo de educação indígena e a para o indígena onde explicita o que cada uma dessas educações para esses povos defende.

EDUCAÇÃO INDÍGENA	EDUCAÇÃO PARA O INDÍGENA
Educação informal e assistemática	Instrução formal e sistemática
Transmissão oral	Alfabetização e uso de livros
Rotina da vida diária	Provocação de situações de ensino artificiais
Inserção na família	Deslocamento para a aula
Sem escola	Com escola
Comunidade educativa	Especialista da educação
Valor da ação	Valor da memorização
“Aprender fazendo”	“Aprender memorizando”
Valor do exemplo	Valor da coisa aprendida
Sacralização do saber	Secularização do conhecimento
Persuasão	Imposição
Formação da “Pessoa”	Adestramento para fazer “coisas”

Tabela: 01 - MELIÀ. **Educação Indígena e Alfabetização**, 1979, p. 52.

Perceber-se de acordo com a tabela comparativa que as duas educações apresentam diferenças em relação às formas como cada uma é aplicada. Na educação indígena, por exemplo, aplica-se o básico para viver em grupo e também sem o contato com uma instituição, eles valorizam a transmissão oral enquanto na outra é valorizada a alfabetização e uso dos livros. Duas maneiras contendo desproporção em seus modos de transmitir o conhecimento, porém contendo conhecimentos de grande importância para a formação dos indivíduos em sociedade seja eles indígenas ou não indígenas todos tem o devido direito ao acesso a uma educação de qualidade que respeite os modos de viver de cada sociedade.

1.2. Assimilar e Integrar, Respeitar e Valorizar: A Constituição de 1988, o Processo Educacional e os Povos Indígenas.

Toda sociedade existente em alguma parte do planeta tem seu modelo próprio de educar-se este pode ser formal ou não, mas ele existe. Desde o início da história do país os povos indígenas foram submetidos à introdução de um processo civilizatório pelos colonizadores onde esses passavam vivenciar no seio de suas sociedades a inclusão da cultura europeia, passando a aprender os costumes, os hábitos, crenças e também a educação formal.

O processo de ensino era voltado para educação formal europeia, fazendo com que esses povos deixassem de lado a sua forma de educação que era considerada para os europeus como informal e passavam a aprender a do homem branco/colonizador. De 1549 a 1759 a

igreja católica era quem redigia o ato de ensinar a educação, introduzindo os ensinamentos religiosos como forma de convenção a fé católica e aos da cultura europeia. Como se pode observar na história, não foram somente os padres jesuítas que para a colônia vieram, mas foram eles que obtiveram grande êxito no processo educativo se tornando assim os responsáveis por todo o processo nesse período. Dias, Lima e Rodriguês (s/d, p. 04) falam que:

Outras ordens religiosas também se fizeram presente no território brasileiro, porém não conseguiram um papel relevante na educação, ao contrário disso, os jesuítas com apoio da Coroa Portuguesa e das autoridades coloniais, exerceram o monopólio da educação nos dois primeiros anos de colonização.

Entretanto, os padres com seus meios metodológicos faziam de tudo para que esses povos aprendessem seus ensinamentos, com todos esses mecanismos utilizados pelos padres os indígenas, por sua vez, acabavam aculturando - se com a cultura de Portugal e com isso deixavam de seguir a sua cultura. Dias, Lima e Rodriguês (s/d, p. 06) analisam que:

Dentro dos aldeamentos, o grande objetivo em termos educacionais, era a convenção dos índios. Primeiro, introduziam o ensino elementar organizado em classe para contar, ler (soletrar), escrever e rezar em latim, com as crianças, os padres recolhiam o material para a organização da língua e conseguiam ampliar sua obra catequizadora ensinando a eles as canções.

Dias, Lima e Rodrigues (s/d) abordam também que uma das metodologias primeiras utilizadas pelos jesuítas para a introdução da educação dos indígenas foi o uso da música, através dela eles conseguiam a atenção e também a simpatia dos índios, falam também sobre a utilização do teatro e dança. E em seguida, o processo de educação ganha novos administradores.

Com isto, em segmento desta primeira fase do período colonial começa uma nova administração dentro da colônia tanto no processo educacional como na organização dos indígenas, ficando sobre a responsabilidade de um novo administrador o senhor Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal e a partir de então houve mudanças no sistema educacional e administrativo.

Com a chegada de Marquês de Pombal os representantes religiosos (padres) foram expulsos de seus cargos onde já haviam feitos trabalhos significativos para o processo de ensino como a criação de algumas escolas que atendessem tanto os filhos dos colonos como os indígenas. Dias, Lima e Rodriguês (s/d, p. 04) destacam que: “Em 1570, a obra jesuítica já

era composta por cinco escolas de instituição elementar Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo e três colégios Rio de Janeiro, Pernambuco e a Bahia”.

O modelo de ensino que eram aplicados pela igreja deixou-os de ser pelo fato de Pombal achar que esses ensinamentos significavam um atraso para o desenvolvimento do processo de civilização do Estado Português e houve a substituição. Para Alves (s/d, p. 08):

Pombal pretendia promover a substituição dos tradicionais métodos pedagógicos instituídos pela Companhia de Jesus por uma nova metodologia educativa condizente com sua realidade e o momento histórico vivenciado no momento.

A partir desse momento da história foi elaborada no ano de 1755 o Diretório dos Índios, porém, somente no ano de 1757, este se tornou público, sendo um documento que expressava aspectos importantes na política indígena desse período. O Diretório era composto por 95 parágrafos redigidos por Mendonça Furtado e traziam leis que os indígenas deveriam obedecer-lá. Dentro dessas Reformas, conhecidas como Pombalinas houve a proibição do uso da língua geral onde os grupos indígenas ficaram vedados de se comunicarem na sua língua mãe e foram obrigados a usar somente a língua portuguesa, entre outros regulamentos em que eles eram submetidos a cumpri-los. Conforme o Diretório dos Índios (1755, p. 02 Art. 06):

[...] Não consentindo por modo algum, que os meninos, e as meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles índios que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína espiritual, e temporal do Estado.

Desta forma, infelizmente muitas etnias indígenas foram perdendo a sua identidade cultural da fala, passando a utilizar somente a língua portuguesa tanto na escola, quanto no cotidiano das aldeias e assim sucessivamente por um longo período. No Diretório dos Índios (1755, p. 02 Art. 07) diz que:

[...] Haverá em todas as povoações duas escolas públicas, uma para os meninos, na qual se lhes ensine a doutrina Cristã, a ler, escrever, e contar na forma, que se pratica em todas as escolas civilizadas; e outra para meninas, na qual, além de serem instruídas na doutrina cristã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, costurar, e todos os mais ministérios próprios daquele sexo.

Conforme a citação a cima, nesse período existiam dois modelos de escolas uma para meninos e outra para meninas, onde a educação se diferenciava por ser introduzido na educação das alunas o ensino onde elas aprenderiam as formas de como cuidar dos afazeres domésticos. Porém, é importante olhar no decorrer da história e perceber que todos esses métodos utilizados por esses povos para introduzir esses modelos a uma sociedade não foram aceitos de imediatos.

Ao longo da história os índios são considerados como povos que não aceitaram as mudanças trazidas pelos colonizadores em relação as suas culturas, tradições e formas de organizações, ou seja, hábitos que já tinham antes da chegada dos colonizadores a este local vasto e rico. Todavia, esses impasses, entre os originários da terra os indígenas e os colonizadores, ocasionaram grandes conflitos entre ambas as partes.

Devido a essa resistência, foram acarretados aos povos indígenas muitos males, tais como: a escravidão, as guerras, as doenças, entre outros que colaboraram para um grande genocídio quase chegando ao extermínio da população em si. Segundo Baniwa (2006, p. 17).

[...] A história é testemunha de que várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores aconteceram na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Não que esses povos não conhecem guerra, doenças e outros males. Porém, a diferença é que nos anos de colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo.

Porém, diante de todas essas mudanças introduzidas pelos colonizadores os povos indígenas não foram passivos, houve lutas, e essas por parte de grupos que não aceitavam o modelo de vida que era imposto a eles a partir desse momento.

Durante todo processo na história é nítido perceber que toda a forma de ensino era voltada ao do colonizador, um ensino centrado em sua cultura e não havia nenhum tipo de ensino dirigido para os da cultura indígena. Esses povos não desfrutavam de uma educação de acordo com as suas tradições onde pudessem cultivar seus ensinamentos, suas crenças e seus hábitos. Entretanto, devido ao convívio com os brancos, os índios acabaram aprendendo a cultura, a língua e costumes destes, uma vez que eram proibidos de exercitarem a sua cultura e seu modelo próprio de vida perante o momento vivido. De acordo com Baniwa (2006, p. 18):

A partir do contato, as culturas dos povos indígenas sofreram profundas modificações, uma vez que dentro das etnias se operaram importantes processos de mudanças sociocultural, enfraquecendo sobremaneira as

matrizes cosmológicas e místicas em torno das quais girava toda a dinâmica da vida tradicional.

E a história comprova que os índios são povos de uma raça incontestável porque são povos que resistiram e vem resistindo ao processo de colonização que busca exterminá-los desde o princípio da colonização do país. Mas, ao longo do tempo esses povos vêm se organizando para garantir seu espaço nesse País que é seu por direito, visto que seus ancestrais já estavam aqui antes da chegada dos portugueses, através de lutas coletivas sempre reivindicando seus direitos que foram usurpados pelos colonizadores. Baniwa (2006, p. 19 - 20) ressalta que:

Nas décadas de 1970 e 1980, foi o período histórico da luta de resistência indígena no Brasil, por um lado, caracterizado pelo surgimento e pela atuação de lideranças indígenas carismáticas que, com coragem e determinação, enfrentaram as forças colonialistas e interacionais (Estado e Igreja) que subjugavam os povos indígenas; por outro lado, os povos indígenas, apoiados por alguns importantes aliados (missionários, indígenas e intelectuais), iniciavam uma longa e bonita caminhada de reorganização, mobilização e articulação política [...] de resistência e de defesa de seus direitos e interesses coletivos. Desta forma, a conquista histórica dos direitos na Constituição promulgada em 1988 mudou substancialmente o destino dos povos indígenas do Brasil. De transitórios e incapazes passaram a protagonistas, sujeitos coletivos e sujeitos de direitos e de cidadania brasileira.

Contudo, por meio dessas lutas coletivas em diferentes espaços de composição e implementação como: as mobilizações, assembleias indígenas, reuniões, e em outros espaços buscaram a garantia de direitos individuais e coletivos garantidos na Constituição de 1988, assim como o direito ao desenvolvimento de seus projetos de “bem viver”.

1.2.1 Os Direitos dos Povos Indígenas após a Constituição de 1988

A constituição Federativa do Brasil entrou em vigor no mês de outubro de 1988 assegurando consigo tais direitos para populações Indígenas que até então eram vistos como atrasos para o desenvolvimento da nação, essas sociedades que sofreram bastante com a introdução de uma nova cultura onde tirava sua total liberdade de direitos começaram a se mobilizar através de organizações para lutarem por seus direitos que agora eram garantidos por leis que as regulamentavam. Conforme Grupioni (2001, p. 09) “com a constituição de 1988, assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmo, com sua língua, culturas e tradições”.

Através das lutas travadas com o poder público, os povos indígenas conquistaram por meio delas a aprovação de leis que regulam o Estado e obtiveram assim grandes melhorias

para suas sociedades, onde até então, eram considerados esquecidos e sem nenhum direito perante as leis que regem este país, com a constituição puderam reverter à situação de intrusos para patriarcas natos do Brasil. Esses direitos assegurados a partir de 1988 mudaram-se o percurso de vida dos indígenas que precisavam assim como quaisquer outros povos de um pouco mais de atenção do estado. Grupioni (2001, p. 14) menciona que:

Com a aprovação do novo texto constitucional, os índios não só deixaram de ser considerada uma espécie em vias de extinção, [...] eles passaram também a exercer o direito de originários das terras que tradicionalmente ocupavam. Não só em termos de habitação como também em relação ao processo de preservação do meio ambiente como a reprodução física e cultural.

Diante de todos esses direitos garantidos com a constituição de 1988, vale frisar aqui sobre a questão educacional desses povos, que a partir desse momento conseguem avanços significativos para a melhoria no ensino. Com a introdução desses direitos as sociedades indígenas começam a se organizarem em relação ao processo educacional visando à introdução de uma educação diferenciada onde pudesse atender as demandas de suas necessidades. Grupioni (2001, p. 14) diz que:

Além do reconhecimento do direito dos índios de manterem sua identidade cultural, a constituição de 1988 garante no artigo 210, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações das culturas indígenas.

A partir de então, não só o processo educacional, assim também como outros casos indígenas, começam a ser de reconhecimento pelo estado, podendo o mesmo a passar a ser responsável e responder pelas causas de seus povos perante o congresso e outras denominações das autoridades do País.

1.3. A Apropriação e a Ressignificação do Espaço Escolar Pelos Povos Indígenas: Em Busca de uma Educação Bilíngue, Diferenciada, Comunitária e Específica.

1.3.1. A Inclusão do Ensino nos Currículos Escolares

Após o longo processo de luta por parte dos povos indígenas em relação à conquista de seus direitos perante as demandas governamentais, a educação escolar indígena ganha significativas melhorias. Deste modo, suas lideranças conseguiram por meio da Constituição incluir um modelo de ensino diferenciado que viesse atender e respeitar suas culturas, tradições e costumes. Conforme analisa Baniwa (2013, p. 02):

A partir da Constituição federal de 1988, a escola Indígena passa a ter a missão inversa da antiga “escola para índio”, a de contribuir para a comunidade histórica dos povos indígenas, étnica, cultural e também fisicamente.

Com isto, as escolas que antes não tinham em seus currículos um ensino voltado para os da cultura indígena começa agora valorizar os conhecimentos desses povos que até então na história eram deixados a margens sem nenhuma valorização adequada de acordo com seus modos de “viver”. A partir desse momento, o processo educacional dos povos indígenas passa a ser um caso obrigatório perante a lei.

Porém, a efetividade obrigatória da valorização no currículo oficial de ensino é recente no país sendo inserido na lei Federal de nº 11. 645 de 10 de março de 2008 e sua inclusão a rede educacional. Pois, cada povo possui uma história própria inclusive no que diz respeito à assimilação ou à resistência contra a descaracterização étnica e precisam ser respeitadas conforme emana na lei. Silva (2017, p. 02) fala que:

[...] A lei nº 11.645/ 2008 resulta de uma demanda social dos povos indígenas na busca pelo reconhecimento e respeito às sociodiversidades étnicas que permeia as formas de ser e viver das 305 etnias indígenas atualmente reconhecidas no Brasil, quando as escolas no País em grande parte ignoram essas informações.

Com a lei em vigor, os currículos escolares passam a conter a obrigatoriedade do ensino trazendo com isto a inclusão da cultura dos povos indígena para dentro da comunidade escolar. Porém, é visível que essa obrigatoriedade nas redes escolares de cunho não indígena não está sendo devidamente cumprida de acordo com os currículos. Como destaca Baniwa (2006, p. 134):

O que se percebe é que na maioria dos casos a escola continua ignorando e sufocando as pedagogias indígenas e, quando isso acontece, a escola está contribuindo para o enfraquecimento ou o desaparecimento das culturas e dos próprios povos indígenas.

Embora as leis busquem contemplar os diferentes traços culturais por meio de uma política de educação que respeite as especificidades de cada povo, é notável, uma grande escassez referente à temática trabalhada dentro das salas de aulas e isso leva os alunos apresentarem certo grau de preconceito com o tema. Preconceito que não deverias existir dentro do ambiente de ensino, pois se trata de um ambiente de inclusão, porém infelizmente quando isso acontece torna mais de exclusão que de inclusão levando o desrespeito com o tema em questão.

De acordo com as informações contidas no tópico acima, acredita-se que é preciso uma avaliação por parte do Plano Nacional de Educação para rever certos tipos de problemas no seio das escolas, pois é garantido por lei que o âmbito de ensino trabalhe a temática indígena no decorrer do período letivo. Considera-se também que, todas as áreas do conhecimento obtenha o papel de conscientização levando os alunos a terem respeito e reconheça a devida importância que cada cultura tem perante uma sociedade, e não deixar somente sobre responsabilidade da área específica (História) para que efetivamente esse ensino aconteça, porém trabalhando a interdisciplinaridade conseguem-se bons êxitos na educação.

É visível que a educação desses povos conseguiu grandes conquistas perante a Constituição, porém valem ressaltar que a mesma ainda sofre desafios em relação a uma educação de qualidade, esses desafios acontecem de acordo com o sistema de ensino que lhes são oferecidos. Muitas vezes esse sistema não corresponde com o que os povos indígenas almejam a educação e acabam que enfrentando uma série de dificuldades que de certa forma prejudica o seu processo de ensino.

1.3.2. Os Desafios Enfrentados Pela Educação Escolar Indígena Hoje

Os desafios que os povos indígenas enfrentam em torno de si são inúmeros e não são de hoje, sua sobrevivência e resistência se desnuda em fatos mais significativos da história das relações interétnicas da humanidade. Deste modo, o movimento indígena tem suma importância no processo de luta e resistência, são através desses movimentos que esses povos conseguem a garantia de direitos e a efetividades de muitos benefícios para os 305 povos indígenas existentes no país. Além disso, não se pode deixar de enfatizar sobre a importância que as políticas públicas têm nesse contexto. Conforme Lobato (2018, p. 62, apud Albert, 2000, p. 198), diz:

A reivindicação de direitos através dessas organizações indígenas conformou o que os interlocutores chamam de movimento indígena. Muitas dessas organizações têm hoje vínculos e projeção internacionais, integrando um panorama heterogêneo e diferentes formas de financiamento. Assim, pode-se observar, ao longo dos anos, a passagem de associações informais, frutos de um movimento conflitivo de organização etnopolítica da década de 1970 e 1980, para a institucionalização de uma imensa gama de organizações, cujos interlocutores pertencem tanto a organização governamentais quanto não governamentais.

O movimento é a forma de organização que os povos indígenas têm para reivindicar seus direitos tanto na área da saúde, educação como também em relação à demarcação de seus territórios um dos grandes problemas enfrentados hoje pela população indígena no País sendo

que, estes são os verdadeiros donos desse território tão vasto e rico que são as terras brasílicas.

Dentro dessa questão, entra a Educação Escolar Indígena a qual enfrenta hoje grandes desafios que afetam o processo educacional dos grupos existentes no País. Deste modo, mesmo tendo assegurado o direito a uma educação de qualidade em todos os níveis nas comunidades indígenas, que respeitem sua organização social e o modo próprio de aprendizagem com uma educação específica e diferenciada essas populações sofrem com os descasos existentes em suas escolas. Ladeira (2004, p. 143) discute que:

O desafio da educação escolar indígena é se propor um sistema de ensino de qualidade e diferenciado, no sentido de atender as especificidades de um povo diferente da sociedade nacional, considerando que seus horizontes de futuro não são os mesmos que nossos [...].

Seu maior desafio conforme o argumento acima está relacionado ao estado propor um sistema de ensino de qualidade, onde atenda as especificidades de cada povo. Referente a isso, e de acordo com a legislação em vigor, destacando a Constituição Federal, o que se constata é que estes direitos não são respeitados, havendo inúmeros problemas relacionados à oferta da política de educação, os quais os indígenas têm que se adequar. Conforme as contribuições de Nonato (CIMI/Tefé, 2017):

Embora, existam leis que assegure o direito aos povos indígenas a terem em suas aldeias uma educação escolar específica diferenciada e de qualidade, existem muitas dificuldades para que esta educação aconteça nas bases. Sendo que, essa educação estar voltada para as comunidades e seu principal objetivo é à valorização das línguas, respeito aos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e aos costumes de todas as comunidades, isso trazendo consigo a valorização e o fortalecimento das identidades étnicas.

No entanto, os problemas encontrados não correspondem de acordo com os anseios das demandas da educação escolar indígena. Ou seja, os desafios não levam em conta a língua materna, suas culturas, costumes, tradições, organização social, modo de viver de cada povo, festas tradicionais, entre outros. Então, às aldeias de certa forma se adequa aos sistemas de ensino dos estados e municípios que não consideram as especificidades e diferenças, com inúmeros conflitos e contradições entre a legislação e o poder público. Segundo dados do (CIMI/ Tefé, 2017), pode - se considerar as contradições como:

- O desconhecimento sobre a estrutura e funcionamento das escolas indígenas e da especificidade da EEI, por parte da Secretaria Estaduais e municipais de Educação;

- Falta de formação e capacitação para os professores indígenas, que considere especialmente no que diz respeito aos conhecimentos relativos aos processos escolares de ensino-aprendizagem, alfabetização, a construção coletiva de conhecimento na escola e à valorização do patrimônio cultural da população indígena;
- O acompanhamento pedagógico aos professores indígenas para contribuir no desenvolvimento e na melhoria e qualidade de ensino;
- A criação da categoria de escola indígena, respeitando a autonomia da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP);
- A criação da categoria de professor indígena, com respectivo plano de carreira;
- Infraestruturas precárias e, em algumas comunidades, a escola funciona em locais improvisados (casa comunitária, igreja, casa de comunitários).
- Material didático insuficiente para a demanda dos alunos e que não vai ao encontro da realidade do povo.
- Falta o reconhecimento e valorização da escola indígena e do professor como categoria profissional na maioria dos municípios;
- Muitas escolas indígenas não dispõem de um calendário específico e diferenciado.
- Falta de participação dos professores e lideranças indígenas nos espaços de Controle Social (Conselho Municipal de Educação), tendo em vista o processo de democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, respeitando a participação das comunidades em conselhos escolares ou equivalente;
- O incentivo de programas voltados à produção e publicação de materiais didáticos e pedagógicos específicos para os povos indígenas, incluindo livros, vídeos, dicionários e outros elaborados por professores indígenas juntamente com os seus alunos e comunidade.

Contudo, os problemas que o processo educacional indígena enfrenta hoje são de grande parte referente aos recursos para que haja de acordo com os mesmos uma boa educação. Por conseguinte, dentro desses recursos está a construções de escolas adequadas, formação de professores indígenas, calendários específicos e diferenciado para a educação escolar indígena e assim por diante. Em relação a esses impasses, Baniwa (2013, p. 02) aborda que:

[...] em termos gerais, a educação escolar indígena é o campo de políticas públicas voltadas para os povos indígenas que mais avançou no País. Isso

não significa que não persistam problemas. Alias, continuam velhos problemas que ainda fazem da educação escolar indígena uma vergonha para o País [...] como o caso da enorme precariedade em infraestrutura das escolas indígenas principalmente na região Amazônica que segundo dados do senso escolar (INEP, 2012) são mais de 700 escolas indígenas das 2.800 existentes em todo País que não possuem prédios próprios.

Como se pode observar, os desafios que esses povos enfrentam em relação à educação são inúmeros assim também como em outros aspectos relevantes a suas culturas e modos de viver. Com isto, mesmo que existam leis que assegure seus direitos sempre esses grupos (indígenas) vão enfrentar desafios e problemas, pois o sistema que rege o País é um sistema capitalista e muitas vezes não defendem conforme estão prescritos nas leis os direitos que essas sociedades têm como, por exemplo, o direito há uma educação bilíngue, comunitária, específica e diferenciada atendendo-se assim as demandas de suas sociedades.

Além disso, essa modalidade sofre com o descaso referente à criação de currículos específicos para a educação escolar indígena, na maior parte dos casos, as escolas indígenas acabam que se adequando aos currículos das outras escolas. Ramos (2007, p. 109 e 110) ressalta que:

O currículo das escolas indígenas não pode ser uma cópia das escolas oficiais, nem uma colagem com elementos desse último e alguns fragmentos de culturas indígenas. O currículo, em todos os seus aspectos, deve corresponder à realidade sociocultural e aos interesses de cada povo. Devem levar em conta aspectos que caracterizam a especificidade do planejamento das escolas indígenas, tais como: adequação do calendário escolar aos ciclos produtivos da comunidade, eliminação de sistemas de avaliação e reprovação tradicionais e a utilização de métodos que respeitem a individualidade de cada educando no tocante ao ritmo e ao nível de aprendizado. Os currículos das escolas indígenas devem considerar os aspectos antropológicos e os processos próprios de aprendizagem das comunidades, considerando-se a especificidade de cada povo e as suas inter-relações sociais, a dinâmica de sua economia comunitária e as outras expressões culturais. [...] o currículo escolar indígena constitui-se em um processo de construção coletiva e permanente, representando os interesses comunitários, visando ao etnodesenvolvimento desses povos. A escola indígena deve se contrapor à escola oficial como uma escola que se vincula com a sociedade, uma escola dos índios e a serviço deles, de seus interesses culturais, sendo um instrumento competente e crítico no contato com o mundo envolvente. A escola deve se constituir em instrumento de saber, em busca de sua autonomia como organização. Deve estabelecer seus próprios objetivos, prioridades, conteúdos e metodologias.

Conforme o argumento fica claro que, cada escola indígena precisa ter um currículo específico para atender a demanda de suas comunidades, que respeite a cultura e valorize seus modos próprios de construir o conhecimento juntamente com o seu alunando e comunitários. Os currículos não tem que ser apenas uma copia das escolas da cidade, porém o que se

observar quando se tem o contato com escolas em comunidades indígenas e que a educação comunitária não acontece e a maioria das vezes essas escolas ditas “específicas e diferenciadas” estão ministrando os conteúdos igualmente às escolas da cidade. Uma vez que, a realidade vivida no seio da comunidade indígena é outra e merecem respeito no momento de transmitir sua educação. Ladeira (2004, p. 123) discute sobre esses problemas e diz:

As escolas nas aldeias têm sido, com raras exceções, réplicas das escolas das cidades: a mesma proposta de currículos, de critérios de avaliações, carga horária, estrutura de funcionamento etc. A escola sendo pensada como possibilidade de que os grupos indígenas se “incluam” na sociedade nacional, abandonando com o passar do tempo o seu modo de ser.

São problemas que permeiam entorno das escolas indígenas e se não tiver um olhar voltado por parte dos governantes do país e também das autoridades onde esses povos fazem partes, continuaram com esses problemas e a educação escolar indígena acontecerá do mesmo jeito, ou seja, como o modelo de escolas não indígenas. Desta forma, do que vale ser uma escola “específica e diferenciada” se não há o devido respeito com a cultura indígena? É preciso rever esses problemas de imediato para que a educação desses povos não permaneça contendo em seu seio esses impasses que só tende a prejudicar a educação desses povos. Ladeira (2004, p. 145) analisa sobre o calendário específico para esses povos e diz que:

[...] a implantação do calendário escolar nas escolas nas aldeias, [...] é muito mais complexo do que pode parecer à primeira vista. Pessoas desavisadas pensam que é apenas uma questão de adaptação, de fazer alguns ajustes entre o calendário escolar tradicional (das escolas das cidades) e a situação de vida das aldeias (tempo de roça, de festa etc.), ilustrando-os com desenhos indígenas, criando na língua indígenas nomes para os meses, dias da semana etc.

Não é apenas isso, o calendário precisa ser voltado à educação dos povos indígenas deve ser construídos conforme a realidade da comunidade. E não simplesmente se adaptar com um calendário que já esteja pronto, e que não corresponda com os modos de viver em aldeia. De acordo com Ramos (2007, p. 128):

O calendário deve, portanto, ser construído com a comunidade escolar indígena, por meio de levantamentos das atividades realizadas pelos alunos e seus parentes, a divisão de tarefas e ou cooperação entre as pessoas nas respectivas atividades e as diferenças e semelhanças entre os trabalhos dos homens, mulheres, jovens e velhos. Os eventos de cada povo devem ser marcados por atividades produtivas ou por formas cerimoniais, levando-os em consideração no planejamento curricular. O tempo de colheita da roça, a

caça de certos animais, a pesca, a colheita do mel ou de frutas e o tempo dos rituais e das festas deverão ser marcos que orientem o início e o fim das atividades escolares.

A questão do calendário específico para as escolas indígenas é um dos grandes desafios que essa modalidade enfrenta ao longo dos tempos, uma questão que precisa ser avaliada com atenção porque esses povos precisam ter em suas escolas o calendário que respeite os modos de viver e de ensinar de cada povo. Em alguns casos já se pode contar com um calendário específico, por exemplo, os Baniwa já tem em suas escolas um calendário que atenda as necessidades de sua escola, assim também como outros casos de povos que já conseguiram conquistar a efetivação do mesmo. Pois, para que a educação escolar indígena se efetive com tal, precisar estar amparada com essas especificidades em seu seio, calendário, educação comunitária, bilíngue, ou seja, específica e diferenciada para poder ter efetividade no ensino e aprendizagem de suas populações.

1.3.3. Características da Educação Escolar Indígena

Para que a educação escolar indígena seja uma educação que atenda as demandas de suas comunidades ela precisa ser uma educação bilíngue, comunitária, específica e diferenciada. Todos esses aspectos são de grande importância para o processo educacional dessas sociedades e trará relevância aos alunos indígenas assim podendo os mesmos ter o contato não somente com o ensino das escolas não indígena que corresponde ao ensino voltado para a educação nacional. Desta forma, com a prática dessa educação nas comunidades indígenas os alunos poderão aprender/aprender os ensinamentos conforme os suas culturas, costumes e tradições.

1.3.4. Comunitária

A educação comunitária é de essencial importância dentro da comunidade indígena é através dela que a escola irá se adequar para desenvolver a educação dos alunos, ou seja, é a comunidade indígena que deve decidir sobre o que ensinar como ensinar, por que ensinar quem deve ensinar o melhor para ensinar deste modo, aplicando a autonomia sobre o processo educacional ao qual a comunidade é submetida. A partir desse contexto, a educação tem que partir da aldeia e se efetivar junto com a escola construindo juntos uma educação escolar indígena de qualidade para esses povos, atendendo suas especificidades, inserindo o processo de ensino e aprendizagem em seu seio. Como por exemplo, é por intermédio dessa relação comunidade e escola que os povos indígenas conseguem criar o PPPI das escolas indígenas, o calendário escolar e assim por diante. Conforme o RCNEI (1998, P. 24).

Porque conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios. Isto se refere tanto ao currículo quanto aos modos de administrá-la. Inclui liberdade de decisão quanto ao calendário escolar, à pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e momentos utilizados para a educação escolarizada.

Dentro dessas especificidades, ser uma educação comunitária é um ponto de partida para que a educação dos povos indígenas se efetive veemente como tal, se uma comunidade indígena não dispuser de uma educação comunitária, logo então, não estará sendo uma educação escolar indígena e sim uma reprodução do modelo das outras escolas. É preciso também ser uma educação:

1.3.5. Bilíngue/multilíngue

Que desenvolva os ensinamentos na língua, mas que converse com outras línguas também, por exemplo, aprenda a língua portuguesa do colonizador, a da sua etnia e inclua no seu aprendizado o contato com outras línguas indígenas. Aprendendo dessa forma, a valorizar não somente a sua cultura mais as demais que as cercam, pois querendo ou não todas as culturas tem uma grande importância dentro do mundo que os cercam não somente a do colonizador, mas a do negro e também a do indígena. Segundo RCNEI (1998, p. 25):

Porque as tradições culturais, os conhecimentos acumulados, a educação das gerações mais novas, as crenças, o pensamento e a prática religiosos, as representações simbólicas, a organização política, os projetos de futuro, enfim, a reprodução sociocultural das sociedades indígenas são, na maioria dos casos, manifestados através do uso de mais de uma língua. Mesmo os povos indígenas que são hoje monolíngues em língua portuguesa continuam a usar a língua de seus ancestrais como um símbolo poderoso para onde confluem muitos de seus traços identificatórios, constituindo, assim, um quadro de bilinguismo simbólico importante.

A educação bilíngue é de suma importância dentro de uma comunidade/aldeia indígena, é através de seus ensinamentos que os povos indígenas fazem o resgate de identidade que por muito tempo ficou silenciada, é por intermédio da língua que se consegue identificar qual grupo cada povo indígena pertence como, por exemplo, entre um grupo de indígena contendo Kaixana, Kokama, será a língua que dirá quem pertence a qual grupo. Para se efetuar como qual precisa também ser:

1.3.6. Específica e diferenciada

Específica e diferenciada por que é uma educação específica para os povos indígenas, diferenciada pelo fato de inserir os ensinamentos de suas culturas no seio dessa educação, que

respeite os modos e crenças de viver de cada povo buscando com isto, a valorização da cultura indígena. RCNEI (1998, p. 25).

A educação é inserida e planejada de acordo como o reflexo das aspirações particulares de povo indígena envolvendo a autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não indígena.

A educação bilíngue, multilíngue, comunitária, específica e diferenciada serve para fortalecer os projetos de vida dos povos indígenas, é a base que esses povos precisam para se sustentarem com tal e mostrarem que os seus ensinamentos também são válidos perante a diversidade de culturas existentes no mundo, através delas estarão contribuindo o fortalecimento de suas culturas para que não se percam em meio às “consideradas” culturas padrão da sociedade.

A educação bilíngue assim como as demais citadas aqui, para que seja adequada e que atenda às peculiaridades culturais dos diferentes grupos, é mais bem atendida através de professores indígenas. Ou seja, é preciso reconhecer que a formação inicial e continuada dos próprios indígenas, enquanto professores de suas comunidades são de muitíssima importância para esse processo. Com base nisto, Baniwa (2006, p. 162) aborda sobre a formação dos indígenas no Ensino Superior onde diz:

A ampliação do acesso ao Ensino Superior teve início ainda na década de 1990, a partir das propostas de políticas de ações afirmativas adotadas pelos governos, pelas instituições de ensino e pelas iniciativas privadas. Algumas instituições de Ensino Superior, como a Universidade Federal do Amazonas – UFAM adotaram as chamadas políticas de interiorização de ensino e pesquisa, permitindo aos índios a oportunidade de participar de processos seletivos.

Com esta afirmação, pode-se ver que os grupos indígenas conseguiram não somente o acesso às escolas de ensino fundamental e médio, eles também podem ingressar nos cursos de formações de professores assim como em outros e trabalhar nas suas próprias comunidades. Algo que seria de suma relevância dentro dessa formação é a capacitação dos novos professores indígenas em realizar a elaboração de currículos e programas específicos para as escolas indígenas, ou seja, a produção de metodologia e ensino de segundas línguas propondo o estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas e também dos conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas e à elaboração de materiais didático-pedagógicos, bilíngues ou não, para uso nas escolas instaladas em suas comunidades.

Buscou-se com o capítulo em questão apresentar sobre aspectos da educação escolar indígena, educação não indígena, educação indígena trazendo desde um breve histórico sobre o início dessa modalidade no período colonial que foi o estopim para que o País na época considerado como colônia de Portugal tivesse os ensinamentos da cultura europeia, sendo tudo isso, resultado de interesses por parte do colonizador para a exploração da mão-de-obra escrava indígena a essa região. Enfatizou-se também, os direitos desses povos conquistados com CF de 1988 e sem deixar de destacar que ainda hoje permeiam desafios que essa modalidade enfrenta em relação a uma educação de qualidade para os 305 povos existentes no país.

CAPÍTULO II

2.0. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE TEFÉ E O POVO KAIXANA

2.1. Trajetória da Educação Escolar Indígena no Município de Tefé

No ano de 2005, várias comunidades no município de Tefé-AM se reconheceram como indígenas e iniciaram os processos de reconhecimento étnico e territorial. O tema passou a ser abordado em reuniões e assembleias nas comunidades e enviados documentos para os órgãos competentes reivindicando a demarcação de suas terras. Dentro do conjunto de suas lutas, destacou-se a luta pelo reconhecimento e respeito de seus direitos a uma Educação Escolar Indígena, caracterizada pela afirmação das identidades étnicas, pela recuperação das memórias históricas, pela valorização das línguas e conhecimentos em conformidade aos projetos societários definidos autonomamente por cada povo indígena.

Daí em diante, a trajetória da Educação Escolar Indígena no município de Tefé/AM inicia por meio das reivindicações feitas pelas lideranças a partir das leis de territórios étnicos educacionais, onde obriga a criação das Coordenações da Educação Escolar Indígena a todos os municípios. No entanto, no município soma-se uma população aproximadamente de 5.300 pessoas, pertencente aos povos Kaixana, Kanamari, Kambeba, Ticuna, Kokama, Apurinã e Mayoruna³.

Esses povos estão no processo de regate da língua materna, com predominância na maioria das comunidades o troco linguístico Tupi devido a perda da língua com o processo de colonização na Amazônia. Com isto, há vários conflitos devido às invasões nas terras, falta de apoio da FUNAI na fiscalização e acompanhamento no pedido de demarcação destas áreas. As populações indígenas no município estão distribuídas em 22 comunidades e 12 terras indígenas, destas terras apenas uma (01) está reconhecida pelo processo de demarcação, as demais estão sendo reivindicada, mas sem avanços em seus respectivos processos⁴.

Os povos indígenas do município de Tefé, assim como os demais povos do Brasil, buscam-nos diferentes espaços de discursões e mobilizações na sociedade envolvente ensinarem novas formas de viver, a partir de sua sabedoria. Lutam em prol de uma educação de qualidade que busquem, nos anseios de suas culturas e tradições, a valorização devida a sua forma de bem viver perante a sociedade brasileira.

³Dados coletados de relatórios elaborados pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI/Tefé, 2019.

⁴Dados coletados de relatórios elaborados pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI/Tefé, 2019.

O município Tefé-AM começa a ser contemplado no ano de 2004 com uma Coordenação de educação escolar indígena específica e diferenciada para essas populações, tendo no seu início como coordenadores pessoas não indígenas. Segundos os dados da Secretaria Municipal de Educação de Tefé (SEMED), nesse mesmo ano, Ruth Conceição juntamente com Ivanete assumem a Coordenação da educação no município e, desta forma, a educação escolar indígena passa a ser definitivamente homologada. Mas, foi a partir da conferência regional realizada em Tabatinga, em 2009, que ela se insere no município como modalidade igual às demais escolas.

É importante destacar que, para as populações indígenas adquirirem seus direitos e conquistas sempre foi, e é, por intermédio de reivindicações e lutas e não foi diferente nesse caso, pois houve um caminho percorrido por parte de lideranças indígenas do município na época conhecida como UNI- Tefé (União das Nações Indígenas) representado pelo senhor André Cruz, hoje conhecida como UNIPI, que a modalidade de ensino para os povos indígenas obteve seu êxito. Na época, a UNI- Tefé recebia recursos para o apoio e assistência tanto na área da saúde dos povos indígenas no município como também na educação.

[...] Dos anos de 1979 a 2004 foi feita articulação por duas coisas, primeiro a saúde e depois a escola. Chegamos conquistar primeiro a saúde indígena diferenciada ai a partir de 1991 fomos articular a escola indígena diferenciada. [...] Para conseguimos a elevação de escola como estrutura foi preciso levar o prefeito a justiça pra poder ele reconhecer as escolas no município, nos anos de 2005, 2006 até 2007 teve essa problemática Maraã, Fonte Boa, Jutai, Tefé e Juruá foi preciso levar os prefeitos na justiça pra conseguir esse espaço ai foi difícil, mas chegamos lá. Foi várias e várias vezes e fizemos muitas e muitas reuniões, muitas conversas e muitos documentos pra poder hoje temos esse espaço. (André Cruz 67 anos Kambeba, Coordenador da Unipi-Tefé. Entrevista realizada no dia 14 de Outubro de 2019 as 15 h na Cidade de Tefé).

Conforme o relato do coordenador pode-se perceber que, para adquirir o direito da educação escolar indígena diferenciada no município foi através de muitas lutas e reivindicações. Assim, a partir dos anos de 2006, a Coordenação da educação escolar indígena fica sobre o comando de coordenadores indígenas, pessoas que conhecem a necessidade que a modalidade enfrenta e juntos com os professores buscam sancionar esses problemas.

O primeiro a exercer o cargo foi Salatiel Ferreira, da etnia Ticuna em (2006), após Luiz Sevalho (2007), Oziel Basto (2008), Jodaias, Antônio, Jonas Santos de Souza, Raimundo Nonato Cavalcante, Francisco Curitima e no ano de 2017 até o presente momento

quem está na coordenação é o senhor Jukson Ferreira Urbano. Além disso, no dia 10 de dezembro 2014, por intermédio da senhora Maria Gean Banes Trindade Celani, prefeita em exercício no município, criou-se o decreto municipal de nº 201, onde no Art. 1 ficam denominadas as Escolas Municipais Indígenas do Município de Tefé conforme a tabela abaixo. O decreto entra de acordo com o Art. 2 em vigor a partir da data de publicação, ou seja, em 10/12/2014.

Escolas	Comunidades	Etnia
Municipal Indígena Dr. Inácio	N.S – Lago de Catuá	Kokama
Municipal Indígena Elizeu Ananias	Barreirinha – Lago Caiambé	Tikuna
Municipal Indígena Monte Sião	Porto Praia – Paraná de São Francisco	Kokama
Municipal Indígena Antônia Coelho de Almeida	Novo Porto Novo – Rio Solimões	Apurinã
Municipal Indígena Brasília Pacaia.	Borazinho – Rio Solimões	Kokama
Municipal Indígena N.S Aparecida	Borá de Cima – Rio Solimões	Kokama
Municipal Indígena Kokama	Nova Jerusalém – Igarapé Açú lago de Tefé	Kokama
Municipal Indígena N.S de Fátima	Bom Futuro – Rio Tefé	Tikuna
Municipal Indígena Leodona Marinho	Patauá – Igarapé Açú Lago de Tefé	Kambeba
Municipal Indígena São Sebastião	Projeto Mapi do Pavão– Ramal do Pavão	Kaixana
Municipal Indígena João Hamilton	Projeto Mapi – Estrada da Emade	Kaixana

Tabela 02 Fonte: Secretaria Municipal de Educação –SEMED –Coordenação Indígena.

De acordo com a tabela acima, fica especificado as escolas que a partir da criação do decreto começam a funcionar no município, conta-se um total de onze escolas indígenas sendo a maioria com um total de 05 escolas a etnia Kokama, no município atualmente estão em atuação cerca de 15 escolas indígenas e entre as quais também possui 03 anexos, somando um total de 18 ambientes específicos para o funcionamento da educação escolar indígena. Para além disso, em 2015, foi no plano Municipal de educação que a modalidade educação escolar indígena foi facultada assim, ficando vigente até o ano de 2025. Abaixo segue a tabela com os indicadores de matrículas de escolas indígenas de acordo com o PME.

Indicadores de Matrículas de Escolas Indígenas

Anos	Escolas	Quantidades de alunos	Quantidades de professores
2010	Escola Mun. Basília Pacaia.	77	
	Escola Mun. Ind. Augusto Cabroliê.	57	
	Escola Mun. Ind. Arca de Noé.	62	
	Escola Mun. Ind. Selva.	53	
	Escola Mun. Ind. Santa Cruz.	177	
	Total	426	
2011	Escola Mun. Kokama.	69	
	Escola Mun. Ind. Augusto Cabroliê.	60	
	Escola mun. Nossa Senhora Aparecida.	38	
	Escola Mun. Ind. Arca de Noé.	50	
	Escola Mun. Ind. Selva.	31	
	Escola Mun. Ind. Santa Cruz.	204	
	Escola Mun. Ind. Benedito Pacaia.	28	
	Escola Mun. Leodona Marinho.	37	
		Total	573
2013	Escola Mun. Basília Pacaia.	63	4
	Escola Mun. Kokama.	108	6
	Escola Mun. Ind. Augusto Cabroliê	66	4
	Escola Mun. Nossa Senhora Aparecida.	100	5
	Escola Mun. Ind. Arca de Noé.	58	4
	Escola Mun. Ind. Selva.	12	2
	Escola Mun. Ind. Santa Cruz.	211	14
	Escola Mun. Leodona Marinho.	32	2
	Escola Mun. Apurinã.	48	2
		Total	698
2014	Escola Mun. Basília Pacaia.	65	3
	Escola Mun. Kokama.	86	4
	Escola Mun. Ind. Augusto Cabroliê.	80	5
	Escola Mun. Nossa Senhora Aparecida.	102	4
	Escola Mun. Ind. Arca de Noé.	36	4
	Escola Mun. Ind. Selva.		Desativada
	Escola Mun. Ind. Santa Cruz.	239	12
	Escola Mun. Leodona Marinho.	24	1
	Escola Mun. Benedito Pacaia.		Desativada
	Escola Mun. Apurinã	63	2
	Total	695	35

Tabela 03. Fonte: Secretaria Municipal de Educação–SEMED – Coordenação Indígena.

Segundo os dados acima, isso seguindo informações contidas no PME (Plano Municipal de Educação) do município, consta a quantidade de escolas que estavam em funcionamento e atendendo a demanda de alunos indígenas no ano de 2010 a 2014. Na tabela, pode-se perceber que, entre esses anos, teve um crescimento no número de alunos e escolas no município, somente a partir de 2013, passou-se a ser inserido no mesmo a quantidade de professores, constando um total de (43 em 2013 e 35 em 2014). As escolas que aparecem desativadas na tabela referente ao ano de 2014, foram àquelas escolas que não conseguiram

alcançar o número de demandas, ou seja, de alunos matriculados e por esse motivo foi preciso desativa-las. Com isto, houve uma inclinação na educação, pois o número de alunos matriculados, assim como o de professores, diminuiu.

No PME também constam as metas que se busca com a educação escolar indígena no município, no ensino fundamental visa à garantia da população de alunos de 6 a 14 anos, que pelo menos 95% desses conclua essa etapa de ensino na idade recomendada para essa modalidade. Já na qualidade da educação, a finalidade é garantir a qualidade na educação básica a todas as modalidades, buscando sempre melhorias na aprendizagem dos alunos.

2.2. A Comunidade Indígena Projeto Mapi e o Povo Kaixana

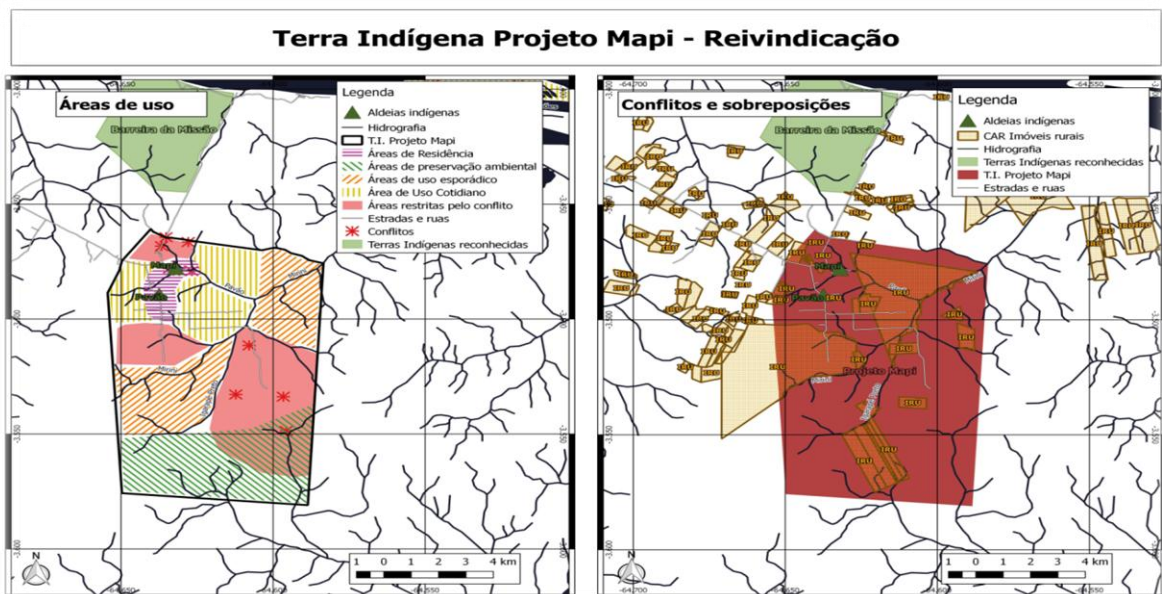


Imagem 01 - Mapa da área reivindicada pelos indígenas da comunidade Projeto Mapi. (Acervo CIMI, 2019).

A comunidade Indígena⁵Projeto Mapi está localizada no Km 13 da estrada da EMADÉ, correspondente a uma área de terra firme no município de Tefé-AM. Foi ocupada no ano de 1982 pela Empresa Amazonense de Dendê - EMADÉ, após 12 anos do surgimento da empresa na região, a mesma começa a passar por alguns problemas e, em 1993, vai à falência. Os trabalhadores da referida empresa resolveram continuar no local por justificarem não ter um lugar em específico para povoar. Os Kaixana estão localizados, nas comunidades indígenas Projeto Mapi e Projeto Mapi do Pavão. Vivem em áreas que ainda estão passando pelo processo de demarcação.

⁵O termo refere-se a grupo de pessoas que residem em zona rural. Para (Chaves, 2018). “o termo é utilizado pelos povos indígenas fazendo referência às localidades que estão sendo atendidas pela FUNAI, mas que de certa forma ainda não passaram pelo processo de demarcação de suas terras”.

Durante o período de colonização, muitas etnias foram massacradas, escravizadas e até mesmo dizimadas. Os Kaixana não são uma exceção, é através de um contexto de descimento⁶ e massacres que o Médio Solimões se depara com a presença de grupos indígenas na região. A localização desse grupo indígena no decorrer do século XVIII correspondia à extensa área do rio Tonantins e o Igarapé Coperçu. Porém, com a presença dos massacres e também da escravidão, muitos deste grupo foram expulsos de seu território tradicional, isso no início dos confrontos entre a Espanha e Portugal pela posse da tão disputada região Amazônica.

Em relação a isto, Porro (1995, p. 10) afirma que: “nunca será demais repetir que as consequências da ocupação da terra pelo branco foram quase sempre catastróficas para o índio”, esses povos tiveram bastantes perdas recorrentes a esse processo que tentava exterminar suas culturas e tradições por parte do colonizador que buscava de todas as formas impregnar uma cultura diferente. Entre as décadas de 1940 e 1950 a presença de grupos não indígenas se tornou frequente no território da etnia Kaixana, isso por conta da exploração da borracha que na época era um dos produtos de grande importância para a economia dos países europeus. (Itacaramby, 2009)⁷. Como enfatiza Chaves, (2018, p. 17, apud Fritz s/d):

Em 1702 [...] houve uma invasão portuguesa em território Kaixana, onde vários foram capturados e, outros, mortos na tentativa de resistir à captura [...], devido à intensa exploração da borracha nas décadas de 1940 e 1950, a invasão do território Kaixana por parte dos colonizadores ficou ainda mais intensa.

Mediante a citação acima, a etnia Kaixana foi uma das que ao longo do processo de colonização muito sofreu. Uma vez que não aceitavam de imediato o processo de colonização eram capturados como escravos pelos colonizadores e forçados a trabalhar para a coroa. Todos esses acontecimentos por muitas vezes resultavam em fugas de grupos de seus lugares de origens a outras regiões do Estado ou do País.

Conforme dados do ISA, a maioria dessa população concentra-se nos municípios de Tonantins, Japurá e Santo Antônio do Içá e em menor parte nos municípios de São Paulo de Olivença e Amaturá. Chaves (2018, p. 30) diz que: “a presença da etnia Kaixana que atualmente vivem na região do Médio Solimões, deu-se por intermédio de descimentos do Alto Solimões e seus afluentes”. É nesse contexto de acontecimento que a história do grupo residente na comunidade Projeto Mapi se insere.

⁶Refere-se saída de um determinado povo indígena para outras regiões, Beatriz Perrone Moisés conceitua os descimentos como os deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos portugueses.

⁷ Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt.>>. (acessado no dia 14 de outubro de 2019).

A formação da comunidade em questão deu-se por intermédio do grupo dos trabalhadores da empresa EMADÉ, na época contavam-se oito famílias todas provenientes do quadro de trabalhadores da empresa. Entre as oito famílias a do senhor Paulo da Silva Carvalho, descendente da etnia Kaixana, foi a que ficou no local até os dias de hoje. Seu Paulo foi o primeiro tuxaua da aldeia e hoje ajuda seu filho Orlânio, atual tuxaua, na organização da comunidade. Originário do rio Mapari, Município de Japurá-AM, seu Paulo inicia sua trajetória na região do Médio Solimões a partir do ano 1954, isso ocorreu por conta da extração da seringa e da captura dos índios na sua região de origem, que ocasionou no processo de descimentos e fugas dos respectivos povos indígenas. Entretanto, o mesmo relata não ter deixado o antigo local de trabalho onde residia a empresa EMADÉ, por na época não ter sabedoria o suficiente para viver em zona urbana e criar seus filhos.

Depois que a empresa faliu e eu fiquei aqui por que eu não tinha pra onde ir, tinha muito filho pequeno para criar e eu a educação era meia pouca para ir pra cidade e eu tinha que ficar por aqui mesmo como agricultor e é onde eu fiquei. (Paulo da Silva Carvalho 79 Anos, Kaixana, Entrevista realizada em 01 de outubro de 2019 as 14.30 h, na comunidade Projeto Mapi).

Nos relatos de senhor Paulo, ele afirma que após o ocorrido começou a fazer suas roças e seus plantios para conseguir sua subsistência, porém a população não indígena localizada por perto da aldeia na estrada, começaram a interferir, ou seja, a invadir suas plantações. Com todos esses acontecimentos, seu Paulo decide ir até Manaus fazer seu reconhecimento étnico como povo indígena Kaixana que é o de sua origem.

[...] Veio um povo fazer o quebra-quebra de acabar então aqueles problemas de querer que nós tomasse aquilo que nós queria fazer como uma roça, queria invadir ai eu procurei ir em Manaus para se identificar como [...] indígena. Eles só podiam fazer minha identificação se eu tivesse a minha lenda e cidadania quer dizer se eu subesse da minha dialeto a língua do Tupi Guarani. (Paulo da Silva Carvalho 79 Anos, Kaixana, entrevista realizada em 01 de outubro de 2019 as 14,30 h na comunidade Projeto Mapi).

O processo de ocupação por parte dessa etnia nessa região ocorre através do contato com a Empresa Amazonense de Dendê (EMADÉ) ressaltando que, a família de seu Paulo e dona Agustina só chegam à comunidade após três anos que a empresa já estava na ativa, ou seja, só foram contratados para trabalhar em 04 de Abril de 1984.

Após a formação da comunidade os indígenas tiveram dificuldade em permanecerem no local por conta das invasões mencionadas, decidem então fazer o reconhecimento étnico e

lutar pela demarcação da terra. De acordo com Chaves (2018), a terra indígena ainda não é regularizada, o pedido da demarcação deu-se em 2004 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e até os dias atuais os comunitários aguardam pela demarcação que ainda não foi realizada.

Ao longo da história, essa etnia e as demais existentes no País vêm lutado pela demarcação de seus territórios, uma batalha que ainda nos dias atuais tem gerado grande polêmica entre essas populações e o governo e, por sinal, esse embate está longe de terminar. Lima (2017, p. 129) argumenta que:

No Brasil, as discussões sobre demarcação de território indígena se constituem com um dos mais polêmicos assuntos, [...] é definido pela constituição Federal que toda área habitada por indígena torna-se território de sua vivência.

Para Faulhaber (1992), no olhar dos povos indígenas, a terra demarcada nada mais é que a formalização de uma fronteira étnica que corresponde ao limite de território que se refere à comprovação de diferenças étnicas. A demarcação da terra é uma forma para os povos indígenas preservar suas culturas, fortalecer sua língua materna e também suas tradições.

Além disso, é importante destacar que a aldeia Indígena Projeto Mapi foi organizada primeiramente como comunidade em (1995) e, a partir desse momento, recebeu o nome de Projeto Mapi, porém foi no ano de (2004) que a mesma foi reconhecida enquanto aldeia indígena⁸. Desta forma, quando questionado o porquê da aldeia se chamar Mapi, seu Paulo responde.

Quando meu pai veio lá de Mapari, veio um senhor indígena que ele nunca teve família era conterrâneo do meu pai o seu (Alfredo Lima de Carvalho) eles viviam juntos, ai um dia o senhor Mapi disse quando eu morrer tú fica com minha história, tú coloca em qualquer nome de algum objeto que tenha no momento dias prolongados que nunca se esquece e nunca se acaba, ai eu me alembrei e coloquei o nome da aldeia de Mapi. (Paulo da Silva Carvalho 79 Anos, Kaixana, entrevista realizada em 01 de outubro de 2019 as 14, 30 h, na comunidade Projeto Mapi).

Foi esse motivo, que levou seu Paulo a colocar o nome da comunidade Projeto Mapi. Conforme os dados da pesquisa de campo realizada em (01/10/2019), atualmente a comunidade dispõe de 60 famílias sendo as mesmas de grupos étnicos diferentes como Miranha, Kokama, Kambeba, Ticuna e em maior parte os Kaixana. Possui duas instituições

⁸ Conforme Chaves (2018) apud Lima e Souza (2006) o termo aldeia refere-se a “assentamentos mais antigos e com a situação da terra regularizada”.

religiosas, uma católica e outra evangélica, atendimento médico que acontece em quinze e quinze dias na comunidade, luz elétrica e água encanada.

Contudo, o povo Kaixana da comunidade Projeto Mapi seguem lutando pelo reconhecimento da terra, de suas tradições culturais e por uma educação de qualidade que atenda os anseios de sua demanda populacional. Os mesmos continuam como já mencionado, enfrentando grandes dificuldades em relação à conservação de suas terras, ou seja, a luta pela demarcação de seu território e a convivência com moradores não indígenas que residem na comunidade. Eles vivem do cultivo da mandioca, banana, farinha, cará, jerimum, macaxeira e outros produtos. Tem como Produção a farinha, o beiju a coleta do açaí e a castanha.

2.3. Educação Escolar Indígena no Ambiente de Ensino João Hamilton e a Educação Bilíngue.



Imagem - 02 (Escola Indígena Prof. João Hamilton. Arquivo pessoal da autora).

A Escola Municipal Rural Indígena Professor João Hamilton está localizada na Comunidade Indígena Projeto Mapi, Km 13 da estrada da Agrovila da EMADE zona rural do município de Tefé – AM, a mesma foi fundada na comunidade como uma expectativa do povo Kaixana para aprender ler e escrever.

De acordo com os relatos sobre a escola, a mesma teve início em meados dos anos de 1984, isso relacionado ainda com a empresa EMADE. Os comunitários relatam que, um senhor empregado da empresa viu a necessidade de se ter uma instituição escolar no local para atender os filhos dos trabalhadores, tendo em vista isto, a escola começa como um anexo cedido pela escola Nossa Senhora das Graças pertencente à comunidade Missão tendo o seu primeiro nome como J. Reinol.

Porém, devido alguns problemas relacionados à empresa em 1993, como já citada mesma faliu. Referente a esse acontecimento a escola também deixou de funcionar. Desta forma, o povoado fica sem uma instituição de ensino por aproximadamente dois anos consecutivos e somente em 1995, quando o local se eleva a título de comunidade, passa também a conter uma nova instituição de ensino tendo como primeira professora a senhora Valcineide Curintima e o nome da escola passou-se Escola Municipal Projeto Mapi. No início a escola atendia somente as primeiras séries do Ensino Fundamental de 1º a 5º série e funcionava na casa da professora. Com o passar dos anos, a comunidade passou-se a conter uma demanda maior de alunos com séries de 1º ao 9º ano e houve a necessidade de um local maior para o funcionamento das aulas a partir de então, o centro comunitário é cedido para a acomodação da instituição.

Foi somente em 2008 que a mesma passa a se chamar Escola Municipal Rural Prof. João Hamilton, mas ainda não contendo em seu currículo o ensino bilíngue. Desta forma, os comunitários passaram a mobilizar movimentos em busca da modalidade de educação escolar indígena para a comunidade, pois o ensino da língua Bilíngue é de fundamental importância para a valorização da cultura, é através do ensino da língua materna que determinado povo faz o resgate dos costumes e tradições que por muito tempo o processo de colonização os silenciou.

Com os movimentos indígenas realizados por parte dos comunitários tendo como objetivo a conservação da terra e a floresta como Mãe Natureza, a terra e a população começaram a ser reconhecidas como indígena referente a isto logo se fez que a escola tivesse a mesma finalidade paralela ao da comunidade. No ano de 2010, comunitários relatam que houve um grande conflito entre indígenas e não indígenas, pois os mesmos estavam invadindo o local, por conta disso os indígenas bloquearam a estrada do acesso à comunidade por uma semana em protesto a invasão ocorrida. Esse protesto era em prol da demarcação do território e também da educação escolar indígena para a comunidade.

Em 2010 devido o conflito que teve aqui na nossa área no território mesmo né, um conflito aqui na estrada, ai que comêssemos a participar realmente buscar mais esse direito que sabíamos que tinha, mas não sabia por onde correr atrás foi em busca da escola e do território que ligamos os dois para garantir onde estava morando. Se garantisse o território, garantia também a educação escolar indígena.

(Geceglâneo, 37 anos, Kaixana, Agente Indígena de saúde. Entrevista realizada em 22 de Outubro de 2019 as 16. 00 h na Comunidade Projeto Mapi).

De acordo com Geoceglâneo, é a partir desse momento, que os comunitários se fortalecem em busca do professor bilíngue para a comunidade. Neste sentido, ela é atualmente decretada como Escola Municipal Rural Indígena Prof. João Hamilton, implantada no dia 10 de Dezembro de 2014, pelo Decreto Municipal Nº 201/2014, por intermédio da senhora Maria Gean Banes Trindade Celani prefeita em exercício. Deste modo, a escola tem por motivo atender as crianças, adolescentes e adultos indígenas e não indígenas que residem na comunidade e fora dela.



Imagem 03 - Indígenas se organizando para bloquear a estrada da EMADE. (Acervo CIMI, 2010).

A escola tem no escudo o nome em homenagem ao saudoso Professor João Hamilton, uma pessoa que muito lutou por este povo, sendo ele um dos responsáveis em implantar a escola na comunidade isso ainda no tempo da empresa EMADE. Em razão disso, os moradores da comunidade que atualmente é reconhecida como TI, decidiram homenageá-lo nomeando a escola, o escudo da escola representa os indígenas que lutam pela educação diferenciada, o arco, flecha e zarabatana desenhadas representam os materiais tradicionais que os indígenas antigos utilizavam no dia-a-dia para caçar, retirando assim da natureza a sua subsistência. Materiais esses, considerados de grande importância para a identificação desses povos que muito contribuíram e contribuem para a formação da identidade do país.

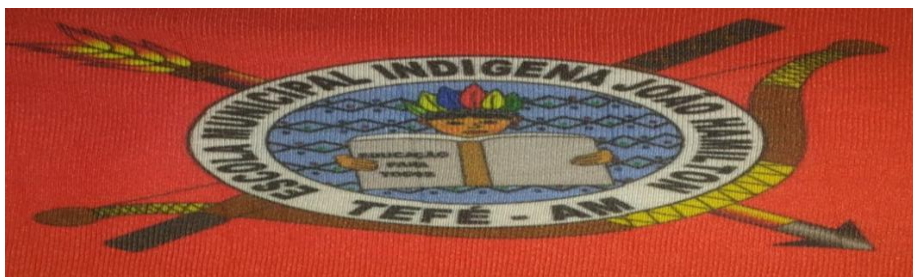


Imagem 04 - Escudo da escola. (acervo pessoal da gestão da escola, 2019)

Atualmente a escola funciona na casa comunitária da comunidade com o piso de cimento e as paredes de madeira, coberta com alumínio e atende cerca de 76 alunos nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos -EJA e a Educação Tradicional da Língua Materna Nheengatu nos turnos Matutino e Noturno. Lembrando que, a escola possui um anexo que funciona na comunidade Indígena Rio do Sol, no Km 06, da estrada da EMADÉ. Esses dados são de acordo com os da escola e os do anexo. Além disso, ressaltando que o ensino referente a Línguas Maternas Nheengatu funcionam no contra turno pelo período da manhã e tarde.

Na matrícula lançada está dando 97 alunos contemplados com a matrícula, mas que no momento está frequentando somente 76 alunos. Também, em agosto desse ano a escola passou a atender o Ensino Médio via tecnológico por parte do estado – SEDUC, a escola cedeu um espaço para que o ensino viesse funcionar. (Leônidas Carvalho Secundino, Gestor da Escola, Kaixana, entrevista realizada em 22 de Outubro de 2019 as 19.30 h na escola Prof. João Hamilton).

De acordo com os dados da gestão da escola, percebe-se que há um número de aproximadamente 21 alunos desligados da instituição, a mesma não justificou qual o motivo que levou para o desligamento desses alunos e nem pontuou de quais turmas são os desistentes. Mas, é necessário que a equipe gestora da escola saiba os motivos que levam os alunos a evadirem. Será que o ensino não está correspondendo à necessidade dos alunos por isso a desistência? São questionamentos que permeiam no imaginário e deixa dúvidas referentes a esses problemas enfrentados na educação.

A escola também cede para a SEDUC uma sala para o funcionamento das aulas via tecnológico, isso, além ser de grande relevância para o ensino na comunidade, é também um grande avanço para a educação, pois a comunidade foi contemplada com uma modalidade de ensino que antes não tinha e que, logo então, se fazia preciso. Os alunos que concluíam o ensino fundamental e que tinham vontade de dá continuidade no ensino médio deslocavam-se até a cidade.

Com isto, não será mais preciso que os alunos concludentes da modalidade fundamental saiam em busca da conclusão do colegial na cidade. Isso era uma das dificuldades que a comunidade enfrentava, pois os ônibus disponíveis para atender a demanda dos estudantes da estrada, muitas vezes não conseguiam chegar ao local para pegar os alunos, pelo difícil acesso, por conta da precariedade na estrada, nos dias de chuva, ficava mais difícil ainda. Porém, como já dito, a chegada dessa modalidade veio ao encontro com essas

dificuldades e de qualquer forma haverá uma melhora e os alunos conseguirão concluir o Ensino Médio na comunidade.

O público alvo que a instituição de ensino atende vai do Jardim I e II com crianças de 04 e 05 anos, 1º ano – criança de 06 anos, 2º ano – criança de 07 anos, 3º ano – criança de 08 anos, 4º ano – criança de 09 anos de, 5º ano – criança de 10 anos, 1º Segmento da EJA (1º ao 5º ano) – adolescentes a partir de 15 anos de idade, 2º Segmento do EJA (6º ao 9º ano) – adolescentes a partir de 15 anos de idade.

Atualmente a escola possui um quadro de 19 funcionários, entre Professores, Administrativos, Merendeiros e Serviços Gerais, possui 05 salas de aula disponíveis, sendo que uma funciona para o atendimento do AEE e uma sala aberta atendendo aulas de Bilíngue. A mesma desenvolve um trabalho voltado para os projetos como a Família na Escola, Dia das Mães, Conselho Escolar, Movimentos Indígenas, Ação de Graças, Dia do Índio, Festival Pluricultural Indígena, o Direito Constitucional, A Cidadania, Ética, Valores e Condições Sociais. Todos visando o ensino e a aprendizagem dos alunos envolvidos. Deste modo, a escola em si Possui 01secretaria onde funciona também como sala de Gestão, um refeitório, uma cozinha, um banheiro e um corredor.

O prédio onde funciona a escola não apresenta um bom ambiente para o funcionamento do ensino dos alunos, as salas de aulas são pequenas e quentes, não dispõe de ar-condicionado, somente de ventiladores, e como são próximas uma da outra as explicações do professor (A) acabam atrapalhando o do professor (B). Desta forma, quando questionado sobre as dificuldades enfrentadas na escola o gestor relata que:

Nossas dificuldades são mais em relação à infraestrutura, não é de boa qualidade também nem um prédio nós tem para atender os alunos. Outra dificuldade que enfrentamos é em relação à família conosco que não temos isso. (Leônidas Carvalho Secundino, Gestor da Escola, Kaixana, entrevista realizada em 22 de Outubro de 2019 as 19, 30 h na escola Prof. João Hamilton).

Com a resposta do atual gestor e com as observações feitas no local, realmente nota-se que a escola precisa o mais rápido possível ser construída na comunidade, pois um ambiente escolar mal estruturado não tem como disponibilizar um bom ensino para o seu público.

A escola Professor João Hamilton está vinculada a Secretaria Municipal de Educação-SEMED, no seu aspecto administrativo e pedagógico. Todos os trabalhos relacionados ao corpo educacional ficam sobre responsabilidade ou pertencem ao núcleo central, ou seja, a SEMED. Deste modo, a mesma não disponibiliza de uma educação comunitária, sendo que a

qualificação de professores indígenas é condição fundamental para que de fato as comunidades indígenas assumam suas escolas, integrando-se assim à vida comunitária. Em relação a isto, a justificativa que se viu em relação à escola não ser comunitária foi à necessidade da construção do PPPI que a escola ainda não possui.

Segundo os dados pesquisados o planejamento escolar não é diferenciado das outras escolas, ou seja, do Cariua⁹ o calendário escolar é igual aos das demais, a carga horária, assim como a proposta curricular, não há um calendário específico que se adeque de acordo com a demanda da educação escolar indígena, levando em conta os aspectos culturais de uma escola diferenciada.

Porém, as aulas bilíngue, mesmo com todas essas dificuldades enfrentadas, conseguem receber um apoio, de acordo com a coordenação da educação escolar indígena, no início do ano letivo são reunidos na sede da cidade os professores bilíngues da região para a realização do planejamento específico para essa modalidade. Desta forma, cada professor das diferentes etnias existentes no município aborda sobre o que vai trabalhar nas suas aulas, sempre buscando com isso a melhor forma possível para a elaboração das temáticas visando o bom desenvolvimento dos educandos.

2.4. As Aulas Bilíngue e o Professor

No ano de 2014, a escola é contemplada com o professor bilíngue que até os dias atuais tem como educador o senhor Orlânio Brandão Carvalho, 38 anos, da etnia Kaixana, atualmente é o tuxaua da comunidade e como já mencionado professor bilíngue. Professor Orlânio é um dos 08 filhos do senhor Paulo e de dona Augustina, nascido no município de Tefé e residente na comunidade Projeto Mapi desde seus 02 anos de idade.

Morei mais uma parte também na cidade Tefé, mas morei pouco na cidade, mas a sobrevivência foi mais daqui, estudei como todo indígena sai da aldeia né, que tem de estudar uma parte também lá fora na cidade e fiz o ensino médio pra lá. (Prof. Orlânio Brandão Carvalho 38 anos, Kaixana, entrevista realizada em 01 de outubro de 2019 as 16,00 h na Comunidade Projeto Mapi).

Orlânio conta que estudou na comunidade, mas que precisou se deslocar para a cidade para estudar o Ensino Médio, o contato com a aprendizagem da língua veio por parte de seu pai o senhor Paulo, que no decorrer da convivência ensinou na língua os nomes dos animais, os dias da semana e também as boas maneiras como (bom dia, boa tarde e boa noite). É

⁹ Significa homem branco na língua Kaixana.

importante destacar que, somente Orlânio, seu Paulo e Pedro irmão gêmeo de seu Paulo que falam fluente a língua Kaixana na comunidade.

Deste modo, diz também que, no ano de 2015, não trabalhou na comunidade ensinando a língua materna, pelo fato de está no processo político e isso não permitiu que fossem ministradas as aulas, segundo o professor sempre tem uma barreira a ser enfrentada referente ao ensino bilíngue na comunidade. Além do mais, o professor não possui uma graduação específica a não ser o Ensino Médio, porém diz que tem vontade de cursar Pedagogia.

As aulas bilíngues acontecem no contra turno, tendo 11 alunos matriculados e, conforme o relato do professor, desses 11 alunos é possível destacar 04 que já conseguem se sobressair nas aulas, ou seja, que sabem falar bem na língua, os outros esquecem. Orlânio diz:

As aulas de bilíngue começa com o próprio sistema de ensino normal né, mas no decorrer do ano eu não gosto muito de parar né, quando acaba o ano letivo sempre eu coloco alguns eventos na aldeia como, por exemplo, muitos deles grupados da religião, da crença, criar louvores né na língua do Cariua a gente coloca a música e eu traduzo a música na língua nossa para eles cantar no aniversário da igreja. (Prof. Orlânio Brandão Carvalho 38 anos, Kaixana, entrevista realizada em 01 de Outubro de 2019 as 16, 00 h na Comunidade Projeto Mapi).

Percebe-se, na fala do professor, o quanto um calendário específico para a educação escolar indígena faz falta e também o quanto é de suma importância esses povos obterem seu próprio calendário. Segundo o professor, basear-se no calendário da “escola nacional” é uma quebra para a educação escolar indígena, diz que se estivesse o calendário os parentes¹⁰ que precisão se distanciar das aulas para acompanhar seus pais no roçado ou ficar cuidando da casa e de seus irmãos não precisariam pegar falta, pois estarão tendo a participação na educação tradicional. Porém, quando chega esse período, fica difícil trabalhar por que os alunos não comparecem nas aulas.

Mas ali eu posso colocar no meu diário específico que aquele aluno está aprendendo uma educação tradicional com sua mãe, por muito deles vão ao roçado plantar a maniva, vão cavar então ali já é uma aula tradicional. Mas se eu não estiver presente dentro da minha aula eu vou pegar falta eu tenho de trazer esse aluno para dentro da minha aula, mas muitas vezes eles não comparecem ai eu fico com dois ou três alunos e fica difícil pra mim. É por

¹⁰ O termo é utilizado pelos indígenas para referirem-se a cumprimentos entre eles próprios da aldeia e aos demais povos como os Ticunas e Kambebas etc. Conforme Chaves, 2018: “o termo parente não se designa somente para os laços de consanguinidade ou afinidade socializados dentro da comunidade [...] refere-se também ao outro indígena que se encontra engajado na luta dentro do movimento indígena”.

isso que nós tamo querendo adequar esse calendário nas aulas também de bilíngue. (Prof. Orlânio Brandão Carvalho 38 anos, Kaixana, entrevista realizada em 01 de Outubro de 2019 as 16,00 h na Comunidade Projeto Mapi).

Segundo o PME (2015, p. 98) fica claro que:

Garantir, em regime de colaboração com o Estado, às escolas em comunidades indígenas a implantação de calendário próprio, currículo diferenciado e material didático elaborado pela comunidade indígena, que remetam à ancestralidade e à compreensão dos signos e significados da cultura indígena.

Segundo os dados do PME fica evidente a criação de calendários específicos para essa modalidade, porém quando se depara com uma escola indígena o que é visto são muitas irregularidades, principalmente em relação ao próprio calendário, restando a essas escolas a adaptação conforme o calendário das demais escolas.

Criar o calendário específico para essa modalidade não se torna uma tarefa fácil, porém não é impossível. Vai muito do interesse dos representantes pelo Conselho Nacional da Educação, assim também com do País e da modalidade educação escolar indígena entrarem em um consenso de que essa modalidade precisa de imediato que a construção de calendários específicos e diferenciados sejam definitivamente implantados no País, será com essa iniciativa por parte dos representantes que essa modalidade poderá conseguir essa conquista.

2.5. As aulas

As aulas são preparadas uma semana antes de serem aplicadas, por exemplo, se for uma aula sobre os frutos comestíveis da região o professor sai em busca das mesmas. Na aldeia faz a coleta e no dia da aula começa com uma roda coloca os frutos no meio e inicia a aula explicando o nome da fruta na língua. Logo após isso, ensina como se escreve o nome na língua Kaixana. Depois de aprender o nome, os alunos ingerem os alimentos ali exposto, segundo o professor essa é a parte principal da aula.

Quando questionado sobre o material didático utilizado nas aulas, o professor responde que são confeccionados por ele mesmo, pois a SEMED não disponibiliza um material em específico para as aulas bilíngues. As aulas começam iguais às outras, por exemplo, se pela manhã e tarde o professor ministra matemática, as aulas bilíngue começaram com a matemática também, lembrando que essas aulas funcionam no contra turno, desta forma, o professor diz que: “eu tenho que tirar um dia para revisar a minha aula com os alunos”. Nesse dia ele faz a revisão e pergunta se todos os alunos entenderam sobre

aquele determinado conteúdo, se um memboizinho¹¹ responde não, ele volta tudo de novo até o aluno aprender.

[...] Então vamos voltar tudinho de volta até o memboizinho saber que nome é esse e que número, tenho de repetir e todo mundo vai ajudar o coleguinha ai eu repito de volta minhas aulas todinha de 0 a 10 ou a 05 ai todo mundo participa. (Prof. Orlânio Brandão Carvalho 38 anos, Kaixana, entrevista realizada em 01 de Outubro de 2019 as 16,00 h na Comunidade Projeto Mapi).

Diante das palavras do professor, fica claro que há uma preocupação por parte das aulas de bilíngue com o aprendizado dos alunos, pois essas aulas são de grande importância dentro de uma comunidade indígena. De acordo com o mesmo, os alunos de 5º ano conseguem aprender com mais facilidade e responde o resultado matemático tudo na língua, já os do 4º e os demais anos demoram.

Em relação aos horários lecionados, a prefeitura paga somente dois, porém o professor entende que há uma necessidade maior e ministra mais dois horários por conta própria, segundo ele foi uma luta para conquistar o ensino bilíngue para a comunidade, então precisa de mais tempo para educar os seus alunos. Diz que, com isso, os alunos já conseguem pronunciar o nome dos animais, dos peixes, pedir água para tomar, ir ao banheiro e assim por diante. Deste modo, no ponto de vista do professor, isso é um grande avanço para o resgate da língua Kaixana na comunidade.

O professor ainda diz, que sua maior dificuldade está relacionada com a família, diz que não é só na aldeia Mapi também acontece em outras, em chamar os pais para está junto com os filhos nas aulas aprendendo a língua. Afirmo também que encontra dificuldades em ensinar- lós, pois o português está impregnando no cotidiano da aldeia e isso faz com que a língua se perca, porém com todas as dificuldades ele vê que há um resultado enquanto o aprendizado dos alunos.

[...] É por isso que muita das vezes nas minhas aulas uso outras coisas pra mim ganhar eles, principalmente esse negócio de música e violão muitas das vezes eles estão na música, no futebol então ai digo pra tomar banho com a família pra tirar um pouco essa intensão do português deles né. (Prof. Orlânio Brandão Carvalho 38 anos, Kaixana, entrevista realizada em 01 de Outubro de 2019 as 16, 00 h na Comunidade Projeto Mapi).

Mediante o exposto acima, fica claro que o professor usa de estratégias para reduzir mais a relação que os alunos têm com a cultura do homem branco, tenta de todas as formas

¹¹Significa aluno na língua Kaixana.

relacionar com o meio em que vivem, valorizando sempre sua cultura e deixando claro que não é somente a cultura do colonizador- europeu que é a importante, pois isso é o que se tem muitas vezes no imaginário, mas sim mostrar o quanto a cultura dos povos indígenas foi e é essencial para a formação da identidade do País.

Portanto, com o finalizar das entrevistas, pode-se concluir que, ainda estão presentes muitas divergências e dificuldades em relação à modalidade educação escolar indígena no município, segundo as informações coletadas no decorrer da pesquisa, detectou-se um grande descaso com o ensino e que muitos dos direitos dos povos indígenas não estão sendo cumpridos de acordo com o que está na legislação e na CF, ou seja, estão sendo violados. Mas que no meio de tudo isso a etnia Kaixana, residente no Médio Solimões – comunidade Projeto Mapi, continua lutando para alcançar sua cidadania através do resgate da língua e da demarcação de seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a pesquisa realizada com o tema voltado para “educação escolar indígena”, possibilitou-nos uma melhor compreensão sobre a modalidade no País e no município de Tefé/AM, referentes às lutas, desafios e conflitos que a mesma enfrenta. Conflitos esses que teve início no País deste o período colonial e mesmo com todos os direitos já conquistados com a CF de 1988, e as demais políticas públicas para esses povos, ainda permeiam problemas e desafios que desrespeitam os direitos dos povos indígenas.

Desta forma, observou-se que na escola funciona o ensino bilíngue contendo um professor em específico para lecionar as aulas, trazendo o resgate da língua materna. Porém, a educação escolar indígena na comunidade não está acontecendo de acordo com os parâmetros legais que amparam e que dão suporte a modalidade educação escolar indígena, ou seja, isso em relação aos currículos das escolas indígenas onde norteiam para que haja uma educação comunitária, bilíngue, específica e diferenciada de acordo com o que diz o (RCNEI, 1998). Deste modo, fica evidente uma perda em relação à educação indígena e também notória a precariedade em relação ao prédio institucional escolar, sendo a mesma atuante na casa comunitária cedida pelos moradores da comunidade precisando imediatamente de assistência por parte da gestão do município para que haja a construção de um local adequado para o funcionamento do ensino e aprendizado dos alunos.

Além disso, no decorrer da pesquisa encontraram-se algumas dificuldades, mais especificamente em relação ao acesso a comunidade e também a algumas fontes contendo os dados da escola e comunidade que pudessem nos auxiliar na pesquisa, como o histórico da escola, histórico da comunidade, assim também como fontes referentes à trajetória da educação escolar indígena no município. A escola nós disponibilizou somente um pequeno relatório contendo algumas informações, isso bem razoavelmente, e o histórico da comunidade foi coletado a partir de entrevistas realizadas com o senhor Paulo anciã da comunidade e através da dissertação de mestrado de Quezia Martins Chaves, a qual sua pesquisa é voltada para os agentes da comunidade Projeto Mapi.

A justificativa em relação ao não acesso às informações referente a escola foram que, ainda a mesma não dispõe de um Plano Político Pedagógico Indígena, isso por falta de dados concretos sobre o dia e mês da fundação da escola na comunidade. Através disto, fica evidente que há uma perda de memória em relação aos dados concretos da fundação da escola na comunidade sendo que, nem mesmo os mais velhos não conseguem lembrar a data correta, e somente o ano da fundação que prevalece.

Para, além disso, em visita a Fundação Nacional do Índio - FUNAI do município, assinalou-se a falta de arquivos contendo informações precisas sobre as comunidades indígenas e quando questionados sobre, teve-se como resposta a perda dos documentos em questão das sucessivas mudanças que o prédio, ou seja, o escritório nos últimos anos passou. Contudo, é importante afirmar que essa pesquisa está longe de significar o estabelecimento de certezas e verdades concretas. Porém, busca especificar a importância e os desafios que a modalidade enfrenta nos dias atuais.

Na realidade, o que fica para nós responsáveis por essa pesquisa é o aprendizado que de certa forma se adquiriu por meio das leituras realizadas sobre teóricos que abordam a temática em questão e também a honra em poder ter o contato com a comunidade indígena Projeto Mapi etnia Kaixana, conhecer de perto as lutas dos povos indígenas por uma educação de qualidade que atenda os anseios de estudar e ensinar de acordo com suas próprias culturas e tradições valorizando deste modo, os seus próprios modos de viver resgatando seus hábitos e costumes perante a sociedade que por muito tempo ficou-se silenciadas. Acredita-se que esse trabalho contribuirá de certa forma para futuras pesquisas relacionadas à temática, levando em conta a falta de trabalhos relacionados ao tema dentro da academia nos cursos de licenciaturas em Pedagogia e principalmente no curso de licenciatura em História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, Verena. **Manual de História Oral**.-3 Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ASSIS, Graciano Junior de. **Escola, Família e Sociedade: Diferentes Espaços na Construção da Cidadania**, 2011.
- ALVES, Gilberto Luiz. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública no Brasil Colônia: Mapeamento Prévio Para a Produção do Estado da Arte em História da Educação (s/d)**.
- ALVES, Hilkiene, BARBI, Rafael, CHAVES, Quezia Martins. **História e territorialidade na Terra Indígena Projeto Mapi, na Região do Médio Solimões**, 2016.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **Educação Escolar Indígena no Brasil: Avanços, Limites e Novas Perspectivas** – 2013.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **Educação indígena no Brasil no país e o direito de cidadania plena** – 2013.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional - 2006.
- BOVETO, Laís, OLIVEIRA, Terezinha, SARACHE, Mariana Vieira, VIANA, Ana Paula dos Santos. **Escola, Conhecimento e Formação de Pessoas: Considerações Históricas** -2013.
- CIMI, **Conselho Indigenista Missionário**, 2017 e 2019.
- CHAVES, Quezia Martins. **Morre a empresa privada e nasce a comunidade: memória e territorialidade na comunidade Indígena Projeto Mapi (Médio Solimões-AM)** - 2018
- DIAS, Kétsia Ferreira Viana Bezerra, Lima, Valéria de Araújo, Rodrigues, Lucicleide Araújo. **A Educação Indígena no Período Colonial (1500-1822)(s/d)**.
- Diretório Pombalino** - 1755.
- Entrevista: **Gersem José dos Santos Luciano** – Gersem Baniwa–2012.
- FARIA, Ivani Ferreira de SANTOS, Cirlene Batista dos. **Os Desafios da Educação Escolar Indígena no alto Rio Negro** - 2015.
- FAULHABER, Priscila. **O lago dos espelhos: um estudo antropológico das concepções de fronteira a partir do movimento dos índios em Tefé/AM** – 1992.

- FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira, QUARESMA, Francinete de Jesus Pantoja. **Os Povos Indígenas e a Educação**, 2013.
- FRANCHEMOTTO, Bruna, KAHN, Marina. **Educação Indígena no Brasil: conquista e desafio** (s/d).
- FERREIRA, Tarciso José, SILVA, Luís Gustavo Moreira da. **O papel da escola e suas demandas sociais** – (s/d).
- GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi. **As Leis e a Educação Escolar Indígena**, 2001.
- ITACARANBY, Kênia Gonçalves. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt>>. Acessado em: 14/10/2019.
- LADEIRA, Maria Elisa. **Desafios de uma Política para a Educação Escolar Indígena**. 2004.
- LIMA, Suzana Carvalho. **Território e Identidade: indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins AM** [manuscrito], CLXXXVII, 187.: il – 2017.
- LOBATO, Tiemi Kayamori. **Políticas em movimento: instituições, ações de estado e servidores públicos indígenas na Secretária de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas** (Seind/Am) - 2018.
- MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **Educação Brasileira no Período Pombalino Uma Análise histórica das Reformas Pombalinas do Ensino**. 2006.
- MELIÀ, Bartolomeu. **Educação Indígena e Alfabetização**, 1979.
- _____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI**. Brasília, 1998.
- MOISÉS, Beatriz Perrone. **Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenistas do período colonial (Séculos XVI a XVIII)** In.: **História dos Índios no Brasil** CUNHA. Organização - MOISÉS, Manuela Carneiro da – São Paulo: Companhia das Letras: secretaria municipal de cultura: FAPESP, 1992.
- OLINDA, Sílvia Rita Magalhães de. **A Educação no Brasil no Período Colonial: Um Olhar Sobre as origens para Compreender o presente** - 2003.
- PORROS, Antônio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. – RJ: vozes, 1995.
- RAMOS, José Aldemir Gomes. **Educação Indígena**. Manaus: UEA edição, 2007.

- ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. **A Educação Pública Antes da Independência** (s/d).
- SEMED – **Secretaria Municipal de Educação** (Coordenação Indígena - 2019).
- SILVA, Maria da Penha da. **Lei nº 11. 645/200 e o Lugar dos Povos Indígenas no Currículo do Curso de História** (UFPE) – 2017.
- SILVA, Maria da Penha da. **Lei nº 11. 645/200 e o Lugar dos Povos Indígenas no Currículo do Curso de História** (UFPE) – 2017.
- SILVA, Rosa Helena Dias da. **Autonomia como valor e a articulação de possibilidades. Um estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, a partir dos seus encontros anuais.** Ediciones - Abya – Yala. 1998.